



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL  
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM HISTÓRIA**



**ANDRÉ POMPOLINI DA CRUZ**

**As manipulações da memória e da raça no periódico “A Voz da Raça”  
(1933-1934)**

**ITUIUTABA-MG  
2022**

ANDRÉ POMPOLINI DA CRUZ

**As manipulações da memória e da raça no periódico “A Voz da Raça”  
(1933-1934)**

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História Licenciatura e Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo.

Banca examinadora

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Moreira de Araújo (Orientador) - (UFU)

---

Profa. Dra. Geovanna de Lourdes Alves Ramos

---

Profa. Dra. Luciane Ribeiro Dias Gonçalves

Ituiutaba-MG, 17 de agosto de 2022

## AGRADECIMENTOS

É chegado o momento tão significativo e simbólico. Muito mais que a conclusão de curso em graduação, também representa o encerramento de uma longa jornada, iniciada ainda entre receios e expectativas de um “jovenzinho” de apenas dezessete anos que buscava, além de uma formação gratuita e de qualidade – que certamente recebi – um vislumbre de possibilidades. Em seus “altos” e “baixos”, ainda que o caminho tenha se mostrado complexo e tortuoso pude continuá-lo graças ao apoio, auxílio e aconchego que recebi por todos aqueles que, direta ou indiretamente, me acompanharam neste percurso, dos quais agora procuro prestar estes agradecimentos:

À minha mãe, Ana Paula Pompolini Lopes, é imensurável meu sentimento de gratidão; foi meu sustento e fortaleza, em meus piores dias; por ter me possibilitado estar e chegar, estar e chegar aqui; por sempre ser e ter sido exemplo de força, de lucidez, de dignidade e de zelo. Sem seu apoio, nada disso teria sido possível.

Aos meus irmãos, Gabriel Pompolini e Gustavo Pompolini, pelo apoio e aos momentos que desde sempre compartilhamos. Obrigado por sempre me motivarem a nunca desistir.

Às minhas cunhadas Beatriz Santana e Juliana Gonçalves, pela cumplicidade e por todo apoio. Além disso, por terem me agraciado com duas sobrinhas – Diana e Mariana, que amo com todo o meu coração.

Ao meu padrasto, Demercio Lopes, por ter sido um firme apoio no decorrer de toda essa trajetória; por ter sido sempre um exemplo de honestidade e diligência.

Ao meu orientador, Carlos Eduardo Moreira de Araújo, por ter sido fundamental em todo o processo de consolidação deste trabalho; que muito além de suas contribuições enquanto orientador, foi também amigo, conselheiro, instigador etc. Obrigado por ter sido tão compreensivo e ter feito essa jornada possível.

Ao corpo docente do curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sou grato pelas diversas contribuições em diferentes aspectos da minha formação tanto profissional e acadêmica, como também na formação pessoal.

Em especial, às professoras Dalva Maria de Oliveira Silva e Geovanna de Lourdes Alves Ramos, que, ainda que não saibam, foram professoras “necessárias” no decorrer de minha

trajetória acadêmica, renovando e me reconectando com as motivações e os princípios que me trouxeram para este caminho.

Ao Laboratório de Pesquisa em Patrimônio, Memória e Identidade (LAPAMI), por ter me propiciado um espaço coletivo de construção de conhecimento, de formação e de pesquisa.

Ao conjunto de trabalhadoras e trabalhadores – docentes, técnicos, prestadores de serviços – que são vitais para o funcionamento da instituição de ensino.

Além disso, também fui acompanhado e abençoado nessa jornada por bons e queridos amigos – ainda que correndo o risco de, por negligência, esquecer de alguns dos nomes. Em especial, das quais também sou grato e aqui merecem o destaque.

À minha queridíssima amiga, Lais Rodrigues dos Santos, por ter me acompanhado nessa caminhada e por ter me ensinado a enxergar “poesia” nas metamorfoses da vida. Você sempre vai ter um lugar repleto de afeto no meu coração! Obrigado por tudo e por tanto!

Às minhas amigas Bianca Mendonça Oliveira e Júnia Silva, por terem me proporcionado tantos momentos felizes, pelos ensinamentos, pelas conversas, por me apoiarem e me motivarem sempre. Vocês sempre estarão em meu coração.

Agradeço também aos queridos e queridas que me acompanharam cotidianamente nesta jornada. Em especial ao Vagner Tadeu Andrade Filho, Ana Beatriz Rechinelli, Giulia Abden Nabi, Gustavo Spadin Portela, Sabrina Coimbra, e Edeli Barbosa.

Em tempo, fica também registrado minha gratidão aos demais colegas discentes do curso de História, que com certeza, foram de fundamentais importância para minha trajetória e formação.

## RESUMO

O associativismo e o periodismo foram importantes estratégias de organização e mobilização social e política da população negra de São Paulo nas décadas iniciais do século XX. Neste sentido, este trabalho procura através da análise do periódico “A Voz da Raça”, órgão vinculado a associação político e social Frente Negra Brasileira, compreender os procedimentos discursivos utilizados pelo projeto editorial do periódico, bem como se relacionam com o universo simbólico e cultural da década de 1930. Para isso, tomamos como recorte temático as manipulações da memória e das categorias raciais em seus artigos, entendidos como parte de seu repertório e instrumentos teóricos e intelectuais que compõem parte significativa de seu discurso e retórica política. Partimos da concepção de *discurso como processo*, tal qual proposto por Gregolin e Baronas, entendendo-o como produto entremeado pela relação de diferentes fatores de possibilidades para sua concretização em um dado contexto histórico-político-social. Além disso, também buscamos apontar para o reconhecimento da imprensa negra como um instrumento de luta política no campo do simbólico e das representações. Por fim, compreendemos que através da produção de uma narrativa cristalizada de memória e na disputa pela ressignificação do conceito de raça, a associação e o jornal constituíram um novo espaço para as disputas políticas socialmente estabelecidas e travadas pelas intelectualidades negras de São Paulo.

**Palavras-chave:** Imprensa negra paulista; Associativismo negro; Frente Negra Brasileira.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1: “A Voz da Raça”: instrumento de luta política e o projeto de cristalização de uma memória negra paulista.....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo 2: Por um conceito de Raça.....</b>	<b>44</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>69</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>72</b>
<b>APÊNDICE 1 .....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE 2 .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO 2 .....</b>	<b>82</b>

## Introdução

“O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante” (GOMES, 2017, p. 21)

Ao pensar o Movimento Negro como um ator político-coletivo, Nilma Lino Gomes procura através do estudo de sua trajetória histórica destacá-lo como uma instância construtora de saberes, de práticas engajadas, visões de mundo, discursos e tradições. Acima de tudo destaca sua potência emancipatória e reivindicatória, fundamental para a desmistificação da fábula racial brasileira: a retórica de um país marcado pela harmonia das relações étnico-raciais, pela igualdade de oportunidades e de tratamento. Mesmo antes da abolição da escravidão, a organização coletiva da população negra em busca da liberdade e da ampliação de seus significados se mostraram presentes nos diversos aspetos da existência destes sujeitos, inclusive na dimensão política (GOMES, 2005).

O periodismo negro paulista foi uma destas importantes experiências no período pós-abolição. Rica, diversa e emblemática, através de sua trajetória podemos vislumbrar parte significativa da produção intelectual e cultural destes sujeitos. O percurso de construção e consolidação da imprensa negra em São Paulo se dá ainda no século XIX, inaugurando-se no ínterim da abolição da escravidão, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889, com a publicação do jornal “A Pátria – Órgão dos Homens de Cor” no mesmo ano. Fundado por um grupo de ativistas, dos quais destaca-se a liderança do abolicionista negro Ignácio Araújo de Lima, este jornal já preconizava a necessidade da composição de estratégias e de mobilizações para a conquista da cidadania e para a superação dos obstáculos que assolavam a população negra brasileira (DOMINGUES, 2008, p. 19).

A imprensa negra paulista surge também do desenvolvimento das associações e agremiações organizadas e mantidas pela população negra - de espaços de sociabilidade, de

comunhão, de expressões de práticas culturais e religiosas, bem como entidades de assistência e ajuda mútua – o associativismo negro. De acordo com Petrônio Domingues,

os negros desenvolveram, desde o período colonial uma intensa vida associativa. Mesma quando escravizados, encontraram diversas maneiras de se reunir com seus pares. Algumas formas organizacionais – como as maltas de capoeira e os terreiros de candomblé – foram perseguidas; outras como as irmandades religiosas sob a égide da Igreja católica e as agremiações de ajuda mútua, eram toleradas [...] todas tinham como objetivo satisfazer necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas, e humanas de um segmento com a população que vivia em condições adversas. A Abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, não resolveu todas essas necessidades. No entanto, abriu aos negros a possibilidade de se organizar sob condições diferentes daquelas do regime de cativo, com mais margem de liberdade. (DOMINGUES, 2008, p. 113)

Conseguiram reunir e acomodar um conjunto de indivíduos que partilhavam das mesmas agruras – o pauperismo, a marginalidade e o racismo - ao passo que também atuaram como o centro aglutinador e difusor de estratégias para a organização político-social da resistência da comunidade negra paulista, de suas convicções e expectativas, tendo como principal veículo as imprensas e suas publicações. Compreende-se que a composição e o desenvolvimento destas organizações no período pós-abolição foram as precursoras dos incipientes movimentos negros nos finais do século XIX e nos inícios do século XX, fundamentais na construção de identidades e consciências étnico-raciais e políticas no “meio negro”<sup>1</sup> (MOURA, 1988; 2002; GOMES, 2005; DOMINGUES, 2008). Isso posto, é merecido o reconhecimento da imprensa negra paulista em diferentes aspectos: seja como manifestação e um produto cultural; veículo de informação, de mobilização e de organização das coletividades negras da cidade de São Paulo; instrumento de politização do debate racial; de contestação e reivindicação social e política; bem como diversas outras de suas facetas.

No que se refere a materialidade de seus jornais, tão diversos quanto suas publicações, a composição dos jornais da imprensa negra era marcada por periódicos efêmeros, pouco duradouros, e muito diversos entre si. Eram financiados pelos próprios leitores e pelos grupos (associações, agremiações e entidades) com que se relacionavam. Com o tempo também constituíram um circuito de consumo, o que garantiu o aperfeiçoamento de suas publicações e

---

<sup>1</sup> A utilização deste termo no trabalho se refere tal como a aparição recorrente desta noção nos periódicos da imprensa negra, uma alusão retórica ao seu “público-alvo”. Para Moura (1988, p. 204), era comumente utilizado para identificar e representar “uma comunidade não apenas oprimida economicamente, mas discriminada pela sua marca de cor”.

a profissionalização de seus organizadores. Geralmente eram formatados como tabloides, podendo também apresentar diferentes características materiais e gráficas.

Miriam Nicolau Ferrara (1986) propõe uma periodização para a imprensa negra paulista do século XX em três fases distintas, de acordo com suas características, objetivos e ênfases, bem como o grau de politização do debate entre raça e sociedade vinculado aos jornais: a primeira fase ocorre entre 1915 e 1923; a segunda apresenta-se a partir de 1924 e vai até 1937; e a última fase abordada pela autora vai de 1945 a 1963. Para a autora, a primeira fase da imprensa negra paulista no século XX tinha como preocupação central noticiar o cotidiano da vida social e cultural da comunidade negra paulista, comunicando seus eventos, bailes, aniversários, falecimentos, entre outros. Em sua perspectiva, este período se inaugura com a publicação do jornal “O Menelick” em 1915, logo após o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Estes periódicos timidamente introduziam o debate político da integração do negro na sociedade, centrando-se principalmente na “autovalorização da população negra, sua visão de mundo e suas formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação” (GOMES, 2005, p. 31-32), além da formação de uma identidade racial coletiva para os diferentes grupos que compunham a população negra de São Paulo.

Na segunda fase, de 1924 a 1937, período em que nossa fonte se localiza, inicia-se a partir da publicação de “O Clarim da Alvorada”, em 1924. De acordo com Ferrara (1986), nesse momento as imprensas negras já reconheciam a necessidade do discurso de combatividade como resposta ao preconceito. Dessa maneira, para além da intensificação do projeto de constituição de uma identidade racial para a coletividade negra, é neste período em que esses ativistas e seus jornais também encabeçam a elaboração de um projeto político-ideológico que orientaria a movimentação destes grupos na disputa pelo seu reconhecimento, pelos seus direitos, pela cidadania plena, e, principalmente, pelas melhorias de suas condições de vida.

A terceira e última fase conceituada por Ferrara (1986), se inicia em 1945 com a redemocratização do Brasil pós Estado-Novo, golpe de Estado que desde 1937, com o fechamento do Congresso Nacional, instituirá um estado de exceção marcado pela censura, pela repressão e perseguição política e vai até meados de 1963, ano anterior ao golpe civil-militar em 1964. No processo de transição democrática, nos finais da década de 1940, a reestruturação das organizações e das imprensas negras em São Paulo se dão com o aparecimento das publicações dos jornais “Alvorada”, “O Novo Horizonte” e “Senzala”. As

características que demarcam este período da imprensa negra apontada pela autora se relacionam a participação destes sujeitos nos movimentos políticos e partidários incentivados pela conjuntura nacional de reorganização da política nacional.

É importante destacar que essa periodização proposta por Ferrara (1986) é passível de algumas considerações e de revisão. Em primeiro lugar porque essa periodização da imprensa negra segue as transmutações da política nacional, permitindo, por exemplo, desconsiderar as movimentações sociais e a atuação destas comunidades durante todo o período do estadonovismo; e como destacado por Pahim Pinto (1993, p. 61), estas imprensas já surgiam como práticas e estratégias políticas, decorrência do reconhecimento da impressibilidade e da busca da politização do debate racial em prol da superação do racismo. De qualquer maneira, é importante reforçar o reconhecimento das Imprensas Negras Paulistas, no plural, no intuito de evidenciar o grande universo de produção das intelectualidades negras, reiterando também a heterogeneidade e a diversidade dos diferentes jornais que a compõe, dotados de diferentes intencionalidades, objetivos, perspectivas e historicidades (APÊNDICE 1).

Se mostram como um fértil campo de estudos para a compreensão dos modos de vida, dos pensamentos, do cotidiano e as diferentes formas de organização política, social e cultural dos negros no Brasil, visto que a partir de sua análise podemos compreender as diferentes formas de agência, de participação e de contestação em face da conjuntura e da situação destes sujeitos no período pós-abolição e, como o já expomos, todos esses materiais se compõem de maneira diversa, tanto no que se refere a concretude material de sua publicação como também em suas perspectivas ideológicas, políticas e discursivas. Sendo assim, é impossível dissociá-las de sua dimensão política: mecanismos de articulação da resistência social e coletiva, de questionamento da realidade social enfrentada pelos negros paulistanos e da mobilização destes em busca de sua superação.

Fundada na cidade de São Paulo em outubro de 1931, a Frente Negra Brasileira (F.N.B), foi uma das mais importantes associações negras do primeiro quartel do século XX. Surgida em decorrência da intensificação e da politização das associações e organizações negras em São Paulo, se auto representava “como [uma] força social, [que] visa a elevação moral, intelectual, artística, técnico-profissional e física; [garantindo] assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da gente negra” (*Estatutos da Frente Negra Brasileira*, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 de novembro de 1931, p. 12), sendo uma

das primeiras entidades de São Paulo que se apresentava, desde sua fundação, como uma organização não apenas social mas também política. Mais do que isso, foi um projeto coletivo de diferentes intelectualidades que buscavam através da atuação política, promover a capacitação moral e intelectual das coletividades negras de São Paulo.

Petrônio Domingues (2008, p. 64-65), destaca algumas das características próprias da organicidade da F.N.B, compartimentada em diferentes departamentos e frentes de atuação, da qual destacam-se os de instrução, cultura, esportes, musical, médico, imprensa, artes e ofícios, jurídico-social, doutrinário e comissão de moços. Oferecia ainda alguns serviços, dentre eles: atendimento dentário, cabelereiro, barbeiro, auxílio jurídico, atividades de cunho educativo e recreativos etc. A associação se organizava a partir de uma estrutura de administração e de comando vertical, tendo no “Presidente” da associação a figura de autoridade e o poder deliberativo. Para o autor, “na prática, porém, a figura do “Chefe” tinha poderes quase supremos” (DOMINGUES, 2008, p. 65). Contavam com um “Grande Conselho”, constituídos por um grupo de 20 militantes – sendo esses selecionados pelo Presidente, constituindo seu núcleo político de influência e de sustentação – separados em diferentes cargos de atuações (Vice-Presidente, 1º Secretário, o Tesoureiro-Geral, e entre outros), tinham como finalidade auxiliar o Presidente na gestão institucional da F.N.B, na materialização de suas atividades e de suas campanhas, bem como no fortalecimento de seus valores, práticas e concepções político-ideológicas, que, como veremos, é uma das problemáticas que suscita.

Além disso, também contavam com um “Conselho Auxiliar”, formado pelos comissários, inspetores, cabos e fiscais distritais, todos estes responsáveis pela formação e pela fiscalização de núcleos da F.N.B em diversos bairros da cidade de São Paulo, dos quais destacamos: Pinheiros; “Campos Elíseos”; Barra Funda; Santa Cecília; Belenzinho; Mercado; Pari; Ponte Pequena; Vila Mariana; Penha; Braz; Cambuci; Santana; Perdizes; Lapa; Bela Vista; Jardim América; Santana; Bela Vista; e no bairro da Liberdade.<sup>2</sup> Ainda que não seja nosso objetivo, a espacialização da atuação da Frente Negra Brasileira quando inserida e localizada, nos auxiliam na compreensão de sua dinâmica e influência na cidade de São Paulo.

A associação desempenhou durante sua existência uma série de atividades e campanhas, consolidando algumas conquistas para a inserção da população negra em espaços antes

---

<sup>2</sup> *A Voz da Raça*, 17 de junho de 1933, p. 2.

inalcançáveis. O desenvolvimento e a integração do negro à sociedade eram pautas que fundamentavam suas ações, no intuito de “[ajudar] o Negro a elevar-se pela moral, pela economia, pela educação completa, elevar mais o Brasil, cooperar com a redenção nacional”<sup>3</sup>. Desenvolveram uma campanha de alistamento eleitoral; mantiveram projetos e instituições voltadas para a alfabetização e a instrução de crianças, jovens e adultos; ofereceram assistência social, jurídica e médica.

Manteve também o seu periódico, o jornal “A Voz da Raça”. Foi fundado pelo fretenegrino Francisco da Costa em março de 1933, dois anos após a fundação da Frente, tendo como Editor-Chefe e redator, o reconhecido ativista, jornalista e tipógrafo Deocleciano Nascimento, antigo diretor de “O Menelick”. Circulou pela cidade de São Paulo entre os anos de 1933 e 1937, e teve diversos redatores em seu período de existência, acompanhando a atuação da associação pela qual respondia, e sendo a fonte privilegiada para o estudo da Frente Negra Brasileira.

Ainda que atuasse como principal intermediário e veículo de informações entre a entidade e seus associados, de maneira mais complexa, também se constituía “como um instrumento de comunicação de inúmeros intelectuais, grupos, associações e entidades negras” (GOMES, 2005, p.31). A atuação política e social da F.N.B através do periodismo também foi possibilitadora do seu desenvolvimento e ampliação, com a criação de filiais, delegações e instituições homônimas, tanto no interior do estado de São Paulo<sup>4</sup> como em outros estados, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Domingues (2008, p. 62), destaca que em 1936 a entidade contava com mais de sessenta delegações distribuídas em diferentes localidades.

Miriam Ferrara (1986; 2002) compreende que é a partir da Frente Negra Brasileira que a imprensa negra paulista abre espaço para novas formas de atuação política, principalmente pelo seu engajamento e seu papel na difusão de uma ideologia de um setor intelectualizado da população negra de São Paulo, adotando cada vez mais uma prática militante e engajada politicamente, se tornando o polo estruturante de um incipiente movimento social de setores intelectualizados da população negra de São Paulo. Neste sentido, partimos da compreensão de

---

<sup>3</sup> *A Voz da Raça*, 16 de setembro de 1933, p. 1.

<sup>4</sup> Em “A Voz da Raça”, destacam-se as relações com as delegações de Campinas, Sertãozinho, Sorocaba, Rio Claro, Santos, Araraquara, Itu, Itapetininga, São José do Rio Pardo, São Carlos, Ribeirão Preto, e Piracicaba.

que o jornal “A Voz da Raça” seria, neste sentido, espaço privilegiado da articulação de um novo projeto de transformação sociocultural do “meio negro paulista”, da qual o estudo de sua trajetória nos pode ser útil na compressão das diferentes estratégias de elaboração, constituição, e legitimação dos discursos políticos deste grupo específico da intelectualidade negra.

O jornal surgia já tendo um objetivo político bem definido: ser o meio de convergência dos “interesses e da comunhão de ideias da “raça””.<sup>5</sup> Mais que isso, assume a função de mobilizar a ação política do “meio negro paulista”, no sentido de dar direcionamento às insatisfações acumuladas na trajetória dos movimentos que os precederam frente às condições materiais precárias, ao regime de subcidadania imposto e as desigualdades de ordem étnico-racial. Em outras palavras, constituíam discursos, sentidos, significados e valores através de suas narrativas, vindo a constituir verdadeiros projetos políticos-pedagógicos de formação de uma consciência política-ideológica vinculada à uma identidade racial.

Neste sentido, a partir destas considerações, o presente trabalho procurou inserir-se no campo de estudos da imprensa negra paulista, buscando ampliar o conhecimento acerca destas associações e de sua participação no âmbito político-público-social brasileiro, especialmente no que se refere a produção de discursos e de sentidos acerca da realidade política, social, cultural e econômica da população negra de São Paulo. Em um exercício inicial em um tema de tamanha imensidão, procuraremos nestes momentos dar ênfase nas questões relacionadas principalmente as estratégias discursivas e as questões relacionadas ao repertório cultural e simbólico com as quais as intelectualidades e lideranças políticas buscam se relacionar e apropriar, sublinhando os processos de seleção, apropriação, reconstrução e inserção destes nas narrativas destes periódicos. Tomaremos como objeto a associação político-social Frente Negra Brasileira e seu jornal, o periódico “A Voz da Raça”, adotando como recorte temático a manipulação de dois elementos centrais na constituição de seu discurso político: a memória e a categoria de raça, no sentido de destacar as dinâmicas estratégicas de suas (re)construções, ressignificações, manipulações – em constante relação com o universo simbólico que compartilhavam – como constituintes de novos sentidos e espaços para as disputas sociais e políticas que travavam.

---

<sup>5</sup> *A Voz da Raça*, 18 de março de 1933, p. 1.

Em outras palavras, a proposta deste trabalho é de entender, através da análise do periódico “A Voz da Raça”, de que forma a F.N.B coadunou e utilizou-se de noções, valores e representações político-ideológicas contemporâneas à década de 1930, procurando identificar suas continuidades, rupturas, enfatizando possíveis mudanças, contradições e transfigurações, tendo como principal objetivo historicizar a movimentação dessas ideias por meio do periódico em um contexto chave, entendendo-o como um importante e eficaz mecanismo interventor da elite negra paulista, dando ênfase no repertório de tais produções discursivas e de construção de sentidos, procurando sublinhar as interrelações entre as intelectualidades negras e as diferentes estratégias utilizadas em suas manifestações político-culturais.

A respeito do recorte temporal definido para a pesquisa, de 1933 a 1934, surge no sentido de delimitar um período específico da atuação fretenegrina, momento em que as lideranças e o direcionamento ideológico da associação passavam por uma crise de legitimidade, marcado pela intensificação das dissidências, das críticas internas e das calúnias externas. Na esteira de Oliveira (2006), partimos da compreensão de que os conturbados anos de 1933 e 1934 foram marcados pela radicalização do discurso político da associação, podendo também ser relacionado com a intensificação da luta de classes em face da estruturação dos novos contornos políticos do país – encadeados pela promulgação do Código Eleitoral, em fevereiro de 1932 e das disputas em torno de um projeto político de e para a população negra, não só paulista, mas nacional.

Isso também fica evidente ao se considerar o contexto de surgimento da associação e do jornal, momento de importantes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais no Brasil, se relacionando às continuidades das mazelas sociais que atingiam a população negra no decorrer de todo período pós-abolição, no qual a F.N.B se insere enquanto continuidade das experiências socioculturais e políticas dos negros em busca de uma cidadania plena, de melhorias nas condições materiais de sua existência, em contestação direta à discriminação de “côr” – não só apenas fruto de suas expectativas por melhores dias, mas também sua organização política e social concreta nas décadas iniciais do século XX (GOMES, 2005).

Para Oliveira (2002, p. 19-47), a fundação da Frente Negra Brasileira não foi mero fruto do acaso. O contexto político-ideológico do início da década de 1930 garantiu um cenário propício para uma renovação do movimento negro, que cada vez mais adquiriu uma organização politizada e ávida por seus objetivos. A autora destaca três fatores que podem ser

tidos como motivações para o surgimento da F.N.B, bem como das configurações de sua organização: a) do ponto de vista socioeconômico, a situação de desamparo, de miséria e de abandono enfrentada pela população negra de São Paulo no período pós-abolição, que se intensifica com a chegada dos impactos da Crise de 1929 na economia paulista; b) do ponto de vista político, a Crise do Liberalismo e a Revolução de 1930 foram fundamentais para a inflamar as expectativas pela transformação social das organizações negras engajadas; c) do ponto de vista cultural, as substituições das teorias racialistas e a renovação das discussões raciais constituíram um novo cenário para à ação reivindicatória das intelectualidades negras da cidade.

Neste mesmo contexto surgia a Frente Negra Brasileira e seu jornal, atuando como importante canal de comunicação engajada e um potente instrumento de luta política para parte intelectualizada da população negra de São Paulo: de quais maneiras o periódico “A Voz da Raça” e a organização da qual responde se relacionavam com o universo simbólico e cultural constituídos em meio ao processamento cultural das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do contexto histórico dos anos iniciais da década de 1930? Como as representações do passado, a memória e o racismo podem ser compreendidas em relação as disputas sociais e políticas protagonizados pelo núcleo político da F.N.B? Quais são as recorrentes estratégias discursivas utilizadas no periódico e como podemos compreendê-las em sua relação direta com suas intencionalidades? Estas serão algumas das questões que orientam nosso trabalho, nos direcionam no sentido de compreender os diferentes meandros de nossa proposta.

Isso porque partimos do conceito pecheutiano de análise do discurso proposto por Maria do Rosário Gregolin e Roberto Baronas (2003, p. 8), para quem os discursos só podem ser compreendidos a partir da “análise das condições de possibilidades do discurso” e dos “processos discursivos”, tomando-os não apenas como objeto de compreensão, mas como integrante dos *processos* históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais e intelectuais. Requirindo, dessa maneira, a reconstituição da tecitura das práticas de produção de representações sociais, dos processos de ordenação e de elaboração discursiva, de suas intencionalidades e motivações. Em outras palavras, partindo da relação entre os contextos e as condições da produção dos discursos, buscar os “vestígios – da história e da memória – no

discurso, e a conseqüente interrelação entre a ordem da língua, a ordem da história e a ordem do discurso”.

A noção de repertório aqui utilizada será o fio condutor de nossas análises. Nos apropriamos da proposta de Angela Alonso, que define o repertório como “um conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas às quais os agentes recorrem seletivamente, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação” (ALONSO, 2002, p. 39-40). Neste sentido, no decorrer deste trabalho a atuação intelectual não pode ser desassociada de sua dimensão política, imbuído de intencionalidades, urdido e alicerçado por visões de mundo ligadas ao grupo social ou a diferentes indivíduos que constituem sua produção.

No caso da imprensa negra paulista seus organizadores faziam parte de um grupo muito restrito de setores intelectualizados da população negra de São Paulo, que se autodenominavam de “elite negra”.<sup>6</sup> Para José Silva,

a utilização do termo justifica-se muito mais em função do papel intelectual que esta exerceu que pela condição econômica que ostentava [...] ocupava geralmente na cidade funções de caráter burocrático. Atuava também no setor de serviços, como motoristas particulares, e fundamentalmente como profissionais liberais: advogados, jornalistas, dentistas, técnicos de nível médio, artistas e etc. Por isso não podem ser considerada uma elite no sentido socioeconômico, como empregamos para a burguesia cafeeira, pois não eram detentores dos meios de produção. Esta parcela da coletividade negra paulistana constitui uma elite, apenas em função do papel dirigente que exerceu naquele período, ou seja, de intelectuais engajados” (SILVA, 1990, p. 103)

Neste sentido, a justificativa para a pesquisa se encontra no aprofundamento do conhecimento acerca da Frente Negra Brasileira, abordando outros aspectos desse objeto de estudos, pluralizando recortes e possibilidades interpretativas, visto que o periódico “A Voz da Raça”, em meio às suas diferentes seções e matérias, ainda se mostra uma fonte rica, quase inesgotável, para a pesquisa em História. A Frente Negra Brasileira e seu periódico foram importantes órgãos de congregação e mobilização negra na década de 1930, característica amplamente ratificada e reputada pela historiografia brasileira. Contudo, isso não

---

<sup>6</sup> *A Voz da Raça*, 25 de novembro de 1933, p. 3.

necessariamente significa o esgotamento de suas potencialidades para novas e diferentes interpretações e releituras do passado.

Enquanto pesquisador e sujeito social-político engajado na luta antirracista, o estudo da Frente Negra Brasileira e de seu periódico demonstrou-se como uma experiência amarga e, mais do que isso, estranha. Estranhamento esse que não pode ser explicado apenas pelo distanciamento temporal que separam realidades históricas tão distintas. Ainda que politicamente articulados em busca de integração e ascensão social e pela superação do racismo, é incontornável o malefício da adesão de seus articuladores à uma ideologia autoritária e com às direitas políticas, como é o caso de seu escuso alinhamento com as práticas e ideais do Movimento Integralista Brasileiro. Não queremos aqui, fortemente calcado pelo discernimento que só o devir do tempo nos demonstrou, elencar anacronicamente os infortúnios de sua atuação, até porque a crítica à esta associação tão reconhecida e prestigiada no estado de São Paulo e no Brasil afora, tanto no que se refere aos seus direcionamentos político-ideológicos e as suas práticas, foram realizadas “internamente” por setores outros da população negra de São Paulo.

É somente através do estudo da história dos movimentos organizados pelas negras e negros brasileiros que se assevera a noção ardilosa de linearidade na trajetória dos movimentos negros no Brasil, rompendo com a visão idílica de uma ação coletiva coesa, harmônica, e apartada de desacordos. Adentrar o recinto das imprensas negras de São Paulo, tomando como objeto de estudos a Frente Negra Brasileira, neste sentido, teve como principal motivação o estranhamento e a incógnita evidenciada nos sentidos de liberdade e de emancipação veiculados e defendidos pela associação, na medida em que são articulados com práticas e discursos de violência, de repressão e de truculência. Essa pesquisa relaciona-se ao esforço de compreendê-lo a partir de especificidades históricas, políticas, econômicas, sociais e ideológicas de seu tempo, reconhecendo sua importância na consolidação da tradição do movimento negro brasileiro, ainda que suas experiências tenham sido fortemente criticadas e apagadas nos movimentos subsequentes, em especial com a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978.

Retomando ao presente trabalho, no que se refere aos aspectos teóricos e metodológicos utilizados para a análise e o tratamento de nossa fonte, partimos do entendimento do periódico enquanto força ativa e integrante dos processos históricos, sendo construídos e inseridos em

um contexto social, político e cultural – permeados por intencionalidades, historicidades e estratégias para atuação social. Para as autoras Faria Cruz e Peixoto (2007, p. 257), a imprensa age “muito mais ingrediente do processo do que do registro dos acontecimentos, atuando na constituição dos nossos modos de vida, perspectivas e consciências históricas”, produzindo narrativas, percepções e sentidos, urdido por uma série de intencionalidades, para os eventos e acontecimentos que são retratados, expostos e reconstituídos.

Nesta concepção, para além de um mecanismo de difusão de notícias, ideias e perspectivas sobre a realidade social, a imprensa adquire caráter de sujeito histórico, entendida enquanto “língua constitutiva do social”, produzindo comportamentos, forjando individualidades, e viabilizando as movimentações à serviço das manutenções ou das transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, estando necessariamente atreladas aos processos históricos mais amplos, no sentido de “trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 257).

O jornal tinha como características uma impressão em grande escala em comparação com outros periódicos da imprensa negra, contando com distribuição para outros estados brasileiros. Era financiado, em grande medida, pela mensalidade dos associados. Seu formato é constituído por quatro páginas, na qual se observam matérias destinadas a diferentes assuntos, como, por exemplo, a cultura, a instrução, a divulgação de informes administrativos da associação, notícias e etc.<sup>7</sup> Seus conteúdos – variando em diferentes tipos de formatos de artigos, textos, propagandas – eram produzidos de forma colaborativa, pois, para além dos artigos do grupo editorial, também recebiam materiais enviados pelos fretenegrinos da cidade, de outras entidades associativas, jornais, e entre outros. Sendo assim, consideraremos também que o jornal “A Voz da Raça” expressa uma visão mais ampla do pensamento da população negra, sendo extremamente complexo a tentativa de dimensionar seu alcance. Dessa maneira, procuramos compreender a atuação do periódico a partir da investigação de seu projeto

---

<sup>7</sup> As fontes consultadas, atualmente encontram-se disponíveis acervo digital da Imprensa Negra de São Paulo da Universidade de São Paulo, contendo 66 edições do periódico, com publicações datadas de 1933 a 1937. Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/a-voz-da-raca/>>. Acesso: 02 ago. 2022.

editorial, aqui entendido também como as diferentes historicidades e intencionalidades que integram a construção e as configurações do jornal “A Voz da Raça”, no sentido de destacar suas motivações, seus esforços e suas estratégias nas elaborações de sentidos e de discursos.

No primeiro capítulo, buscamos refletir acerca dos usos da memória, da história e de representações do passado no periódico, evidenciando, na esteira de Oliveira (2006), a construção de uma narrativa engendrada pelos esforços em sedimentar uma memória cristalizada, objetivando a consolidação de uma identidade político-ideológica para o “meio negro paulista”. Ampliando esta perspectiva, também ressaltamos como as narrativas e os sentidos elaborados e difundidos pelo periódico apresentam um caráter reivindicatório mais amplo, como estratégias para a integração social e para a consolidação de uma plataforma de disputas e de articulações políticas. Também destacamos a atuação do periódico “A Voz da Raça” nos esforços pela homogeneização das experiências acumuladas e das expectativas da comunidade negra paulista a partir da mobilização e dos diferentes usos dados ao passado e à memória social.

No segundo capítulo, procuramos reconstituir alguns dos principais movimentos dos debates pertinentes às diferentes concepções de raças existentes no contexto de 1930, apontando a transição, no século XX, da teoria racial cientificista para a matriz culturalista. Inserindo-se, assim, na trajetória da população negra em busca da reconceitualização e desestigmatização do “ser negro” no Brasil, destacaremos os esforços da F.N.B e de seu periódico na formulação de uma identidade e consciência racial por meio da imprensa negra. Além disso, também destacamos as diferentes estratégias de apropriações do novo universo cultural-simbólico que se constituem no decorrer das décadas iniciais do século XX.

## Capítulo 1:

### **“A Voz da Raça”: instrumento de luta política e o projeto de cristalização de uma memória negra paulista**

Em meio ao processo de desenvolvimento e autonomização das associações paulistas e de suas imprensas (CARDOSO, 1993) que a Frente Negra Brasileira é concebida, em 1931: uma associação de caráter político e social que já nascerá detendo enorme prestígio na capital paulista. Como o próprio nome sugere, essa associação surgia de um projeto de união entre as diferentes lideranças negras paulistas e de suas associações, proposta inicialmente concretizada pelo Centro Cívico Palmares.<sup>8</sup> Desta experiência, essas lideranças políticas-intelectuais organizaram-se no sentido de constituir um projeto político-ideológico único para orientar a movimentação política do “meio negro” paulista.<sup>9</sup> Dentre seus idealizadores podemos citar uma série de lideranças políticas conhecidas entre os setores intelectualizados da comunidade negra paulista, como José Correia Leite, Raul Joviano Costa, Abdias do Nascimento e Arlindo Veiga dos Santos e seu irmão, Isaltino Veiga dos Santos.

Ainda no início das negociações entre estas lideranças políticas e seus projetos para a população negra paulista e para a F. N. B, a convicção de seus ideais em relação à proposta de frentismo da entidade já se mostravam como empecilho para a organização de um projeto político-ideológico *único e geral* para a população negra de São Paulo. Isso porque, desde meados dos anos de 1920, já se tinham imprensas e movimentos atuando pela formulação de uma consciência política para os negros paulistas nesta mesma direção. Desde antes mesmo da fundação desse novo “projeto”, as disputas políticas entorno da composição do código político e ideológico escancarou a heterogeneidade das perspectivas, das estratégias e práticas políticas, levando a uma cisão interna entre os idealizadores da Frente Negra Brasileira (MALATHIAN, 2017, p. 5-6). Assim, durante toda a existência da Frente Negra, a associação foi alvo de duras críticas realizadas por outros grupos políticos e lideranças negras da cidade.

---

<sup>8</sup> Associação negra paulista fundada em 1926, tendo como dirigente o ativista Antônio Carlos. Inicialmente tinha como objetivo a inauguração de uma biblioteca destinada a promover a instrução intelectual e moral dos negros paulistas, mas, a partir de 1928, a entidade e seus associados intensificam sua atuação, reconhecendo a necessidade da intervenção política para a superação das mazelas sociais enfrentadas pelos negros de São Paulo. Cf. CARVALHO, 2009.

<sup>9</sup> Aqui entendidos como a parcela da população negra que se relaciona com estas instituições.

Dado o reconhecimento da Frente Negra Brasileira e de seu periódico para a arregimentação na produção de uma ideologia racial e política para a população negra brasileira na década de 1930, direcionamo-nos pelos seguintes questionamentos: quais foram as estratégias adotadas pela entidade para garantir seu prestígio político e social em meio as contestações internas de suas concepções e práticas políticas? Como seu periódico articulou, produziu e difundiu sentidos e narrativas aos seus interlocutores? Como se relacionavam com as diferentes experiências políticas da década de 1930? E como podemos compreender suas intencionalidades e objetivos?

Conforme aponta Ferrara (1986), o periódico “A Voz da Raça” demarca o início de um novo estágio de politização do discurso racial empreendido pelo periodismo dos negros paulistanos nas décadas iniciais do século XX. Como um importante veículo de comunicação e um instrumento de luta política de um grupo específico da população negra paulista, a elite negra paulistana, o jornal nos possibilita compreender a atuação política e ideológica da imprensa nos movimentos de disputas políticas, de contestações, e de dissidências internas, entendendo-as como integrantes e interventoras dos processos sociais e políticos no que diz respeito a produção de sentidos, percepções e historicidades.

A compreensão da atuação política e ideológica da imprensa negra neste movimento de disputa em torno dos sentidos e das percepções da realidade políticas também pode ser identificada a partir das utilizações do passado nessas produções de sentidos, historicidades e significados. Entendemos que, como afirma Koselleck (2006, p. 308), as experiências sociais, quando selecionadas, mobilizadas e instrumentalizadas, para além de impulsionar as expectativas acerca do futuro, atuam no presente, e, de forma coletiva, “dirigem as ações concretas no movimento social e político”, modelando coletivamente as percepções, os sentidos e comportamentos dos indivíduos.

A significativa e recorrente mobilização das experiências e das memórias dos negros paulistanos, bem como os usos empregados ao passado, é parte essencial da retórica discursiva de jornal e uma das características marcantes das imprensas negras do século XX: a aglutinação dos discursos de enfrentamento ao racismo e do projeto político-ideológico que constituem e difundem à seleção, reconstrução e a utilização da memória social e dos empecilhos legados do passado nas dinâmicas do presente. Como aponta Rios (2014), é de se considerar que o empenho coletivo e individual pela preservação e transmissão das memórias

da coletividade negra paulista compõe parte da tradição política dos negros brasileiros e de suas organizações, sendo captadas ainda nos fluxos intercontinentais da diáspora africana.

Sendo assim, buscaremos compreender a atuação do periódico “A Voz da Raça” (1933-1937) no imaginário social e político da população negra paulista durante sua produção e circulação, destacando as estratégias de homogeneização das experiências acumuladas e das expectativas da comunidade negra paulista a partir da mobilização e dos diferentes usos dado ao passado e à memória social. O discurso produzido pelo jornal opera a cristalização de uma narrativa de memória organizada e regulada pela Frente Negra Brasileira com finalidades e intencionalidades diversas. Referimo-nos aqui à prática sociocultural, e política, de seleção, resignificação e utilização das experiências acumuladas pela memória social-coletiva e/ou nacional, o “trabalho de enquadramento” (POLLACK, 1989, p. 9) das memórias coletivas do meio negro paulista e dos circuitos de distribuição das publicações de “A Voz da Raça” e agitação de suas ideias.

Partimos do reconhecimento da elaboração de um duplo projeto de memória oriundo de uma camada social específica de intelectuais da comunidade negra de São Paulo: (I) um projeto de memória restrito, que tinham como objetivo garantir um passado comum aos negros de São Paulo, uniformizando suas identidades e, com isso, orientando e direcionando suas interações e práticas no presente, bem como de suas expectativas acerca do futuro, e também consolidando uma memória da Frente Negra e de sua atuação; (II) um projeto de memória mais amplo e arrojado destes ativistas, referentes ao repensar a própria história e memória nacional, tendo como objetivo consolidar uma plataforma de diálogo e disputa com o Estado e diferentes setores da sociedade paulista.

O projeto gráfico (CRUZ e PEIXOTO, 2007) do jornal “A Voz da Raça” partilhava de uma composição muito parelha aos materiais da grande imprensa e da imprensa negra do período, mesclando as seções de editoriais com o noticiar o cotidiano cultural e social da comunidade negra paulista; com as notícias interna da associação e de seus associados, e com suas produções culturais e literárias. Era composto pela utilização de diferentes tipos de textos jornalísticos, publicando cartas, textos e matérias de outros jornais, recebidas pelos redatores e associados, sejam dos paulistas, de outras delegações do interior de São Paulo, de outros estados, e de outros periódicos e associações relacionadas ou não a comunidade negra. Ou seja, entendemos que seu projeto editorial precisa ser considerado a partir da articulação de um

discurso mais amplo do meio social destes intelectuais e ativistas, de exposição das heterogeneidades e das disputas internas e externas das associações e dos movimentos sociais que constituem, em São Paulo e também fora dela.<sup>10</sup>

No periódico de “A Voz da Raça”, dado a constante reconstituição e utilização do passado nas publicações, assim como também se percebem em outras trajetórias de movimentos sociais, a memória e a identidade coletiva são fundamentais na constituição de experiências comuns ao coletivo social. Em suas matérias, o jornal “A Voz da Raça” utiliza das memórias e das trajetórias das antigas lideranças negras paulistas, de suas atuações em prol da comunidade, das entidades antecessoras a F.N.B, bem como percorre por alguns dos principais marcos da história nacional republicana. Podemos identificar dois processos simultâneos de constituição de historicidade, um mais restrito, direcionado ao reforço da identidade racial das comunidades negras de São Paulo, e outra que se relaciona a uma tentativa mais ampla de repensar a própria história da nação brasileira.

Mais do que a utilização e a reconstituição das experiências vivenciadas pelos negros brasileiros e dos episódios que compõe a história nacional, podemos considerar o intuito dos organizadores dessa publicação em consolidar um projeto de narrativa de memória a ser incorporado ao imaginário social e político do coletivo. As narrativas de uma historicidade mais restrita, destinada aos negros paulistas, especialmente aqueles vinculados à Frente Negra Brasileira, os fretenegrinos, se insere na continuidade dos esforços sistemáticos para a consolidação de uma identidade racial iniciada por outras associações e imprensas negras da cidade. Mas, para além disso, alicerçado na ideia da retórica do frentismo político encabeçado pela F.N.B e de sua crítica, podemos pressupor que o periódico “A Voz da Raça” atuou no sentido de homogeneizar as memórias e as experiências das coletividades negras paulistas no sentido de conduzi-las ao direcionamento único e exclusivo da entidade.

A indispensabilidade da homogeneização das identidades raciais também pode ser considerada quando levamos em consideração o processo histórico de migração internacional e interestadual, que, desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século

---

<sup>10</sup> Mesmo que nosso objeto de estudo nesta etapa seja a Frente Negra Brasileira da capital paulista e seu periódico, o fato de o “A Voz da Raça” aceitar reportagens e artigos de diversas outras localidades não pode ser desconsiderado, pois é também através do periódico que podemos perceber a potencialidade desse discurso político e das possíveis apropriações diferentes locais e conjunturais.

XX, com a expansão da economia cafeeira no sudeste brasileiro e com a interrupção do tráfico negreiro. Por motivações diversas, como a “fuga da concorrência desleal por empregos com os imigrantes, da falta de terras e do racismo” (COSTA, 2015, p. 109), durante todo o decorrer do período pós-abolição a composição social dos estados foi drasticamente transformada dado os movimentos de fluxos migratórios. São indissociáveis à migração internacional e interestadual a movimentação também de diferentes experiências, memórias, perspectivas de futuro e concepções de política e de resistência ao racismo.

Desde as primeiras publicações de “A Voz da Raça” a memória já integrava as tentativas paulatinas das lideranças negras paulistas em arregimentar conjuntos díspares de sujeitos em experiências e expectativas de futuro selecionadas e organizadas a partir da orientação política e ideológica da instituição. A disputa em torno da legitimidade da associação e da captação de associados manifestam também o esforço das lideranças fretenegrina em reproduzir e difundir um sistema de símbolos-valores que garantiriam sentido as ideologias, concepções e práticas políticas que caracterizam a entidade e sua trajetória, e que agora encontrava na imprensa um veículo para sua disseminação sistemática pela cidade de São Paulo.

Este projeto de memória pode ser percebido logo nas edições iniciais de “A Voz da Raça”. Na 2ª edição do jornal, datada de 25 de março de 1933, podemos destacar o artigo, escrito por Arlindo Veiga dos Santos, “A árvore da Frente Negra Brasileira”, que, mesclando analogia e discurso político, dirige-se aos fretenegrinos a partir das experiências das trajetórias de mobilização e organização política dos ativistas do passado que atuaram na defesa do presente do grupo. Nesta analogia, a árvore – o movimento social e político Frente Negra Brasileira – que mais do que nunca se distinguia e se fortalecia na cidade, era resultado direto do “plântio” operado pelos esforços dos negros brasileiros do passado, assim como também o futuro das mocidades negras do Brasil dependia da Frente como a garantidora de um futuro que atendessem as expectativas de seus leitores. O artigo afirma:

Herdámos uma grande árvore e queremos, com ela testar, outra a nossos descendentes. A Grande árvore que herdámos é o BRASIL com todas as suas propriedades espirituais, morais e materiais. A árvore especialmente nossa é a “Frente Negra Brasileira” que, se não puder fazer todo bem à geração atual (à qual parece, já fez alguma coisa), contudo o fará certamente a esses meninos e meninas que vão crescendo, herdeiros que são dos nossos esforços, cansaços e aspirações. [...] O negro não é só o presente, como não foi só o passado quando era presente, senão também o futuro. Deve haver uma solidariedade, no espaço e no tempo. Deve haver uma fidelidade. As instituições fretenegrinas que agora lançamos, os

negros do futuro aperfeiçoá-las-ão respeitando-as [...] Com esse espírito, nós caminharemos. E a frondosa árvore da F.N.B dará sombra e agasalho a todos os negros de boa vontade (sic). (“A Voz da Raça”, 25 de março de 1933, p. 2)

A partir deste trecho inicial podemos destacar algumas das características da narrativa de memória produzida no âmbito deste periódico. Inicialmente podemos perceber a utilização de diferentes dimensões temporais recorrente nas experiências dos movimentos sociais. O passado que alude aos processos de disputas e lutas políticas iniciada pelos nomes que marcam a história das organizações negras paulistas, e que também se traduz na legitimação da própria associação da Frente Negra Brasileira como ponto culminante e inevitável do exercício destes ativistas. O presente e o futuro são as dimensões que detém a centralidade do discurso da matéria, pois é somente a partir da arregimentação e da atuação erigida pela F.N.B que as coletividades negras paulistas garantirão a transformação social aguardada para os negros vindouros, os descendentes da população negra paulista. Também podemos perceber como a entidade atuou na (re)construção da identidade de seus interlocutores, voltando-se principalmente para a vinculação intrínseca entre a identidade nacional e racial, pautando-se principalmente na mobilização dos aspectos materiais, espirituais e morais da “grande árvore” – a nação brasileira.

A produção memorialista voltada para as coletividades negras da cidade (apresentação do passado das associações, das lideranças antecessoras, das comemorações, dos embates travados, das conquistas políticas e entre outros diversos momentos das experiências da movimentação política) se manifestam em narrativas que sintetizam um sistema de símbolos-valores-comportamentos-memórias a serem difundidos e incorporado pelos negros e negras que se vinculavam e se relacionavam com a entidade. Além disso, também constituíam um importante instrumento político do cotidiano, como podemos perceber em alguns episódios de contestações enfrentados pela associação.

Em artigo publicado na 13ª edição do jornal, de 17 de junho de 1933, intitulado “Um batalhador sincero”, assinado por Isaltino Veiga dos Santos, relata o encontro e diálogo que Isaltino teve com Horácio Cunha, ativista de grande prestígio e reconhecimento por toda São Paulo, que participou de diversas organizações e imprensas negras da cidade: na liderança do Clube 13 de Maio dos Homens Pretos e na articulação dos jornais “Clarim da Alvorada” (1924) e “Progresso” (1928). Como abordamos anteriormente, a F.N.B foi alvo de duras críticas e

dissidências, especialmente a respeito do Isaltino Veiga dos Santos, até então secretário geral e membro do Grande Conselho da associação, e seu irmão, Arlindo Veiga dos Santos, até então Presidente Geral.

A utilização da autoridade das antigas lideranças políticas a favor da legitimação das novas lideranças aponta para a importância da memória na organização política e ideológica da Frente Negra, tendo em vista que surgiam em resposta aos ataques que a associação vinha sofrendo de outras lideranças que cindiram com a associação e que o referido artigo foi estampado logo após um artigo recebido pela redação do jornal sugerir o possível desligamento das atividades de Isaltino no Grande Conselho. Na transcrição da conversa, Horácio Cunha teria dito:

Não se cance pois sr. Isaltino, o negro, infelizmente é assim mesmo... concite aos seus colegas de Conselho da F.N.B a não desanimarem toquem para a frente... eu é verdade já estou velho, nada ambiciono [...] Nós precisamos da Frente, para os nosso filhos e netos, e para os futuros da raça, os nossos maiores hontem, fizeram o 13 de Maio de 88, libertando-nos do azorrague, e a vós que sois hoje a esperança da raça no futuro, cabe o trabalho mais espinhoso, como seja, a continuação do trabalho iniciado em 13 de Maio de 88, enquadrada nestas palavras, a completa emancipação, social, moral e intelectual, material e política. (sic.) (“A Voz da Raça”, 1933, p. 4)

Percebemos como a voz da autoridade servia como um recurso apoteótico de extrema importância para garantir a manutenção destas associações, principalmente quando consideramos os episódios de contestação de suas práticas e do seu aparato ideológico, fato que marca a trajetória inicial da F.N.B., principalmente nos anos de 1931 à 1934, período em que a entidade era liderada pelos irmãos Veiga Santos e que seus projetos políticos para a comunidade negra paulista e para a nação eram objetos de oposição.

Considerando a imprensa negra enquanto uma prática cultural de uma parcela específica da população negra de São Paulo, uma classe média emergente e intelectualizada, ela também se apresenta como um importante instrumento de distinção social, de forma que os fretenegrinos eram socialmente reputados por São Paulo enquanto resultado da ação transformadora da associação, que criara “uma série de símbolos diacríticos (carteira de identidade com foto e dados pessoais do filiado, bandeira e hino), a fim de garantir visibilidade para suas ações” (DOMINGUES, 2007, p. 352). Do ponto de vista político-ideológico, a retórica da união, congregação e comunhão das coletividades negras paulistas apontam mais para os interesses em captação de associados e recursos, já que na prática apregoava o repúdio

e a exclusão do “negro comum”, entendido como a parcela da população negra paulista que não compartilhava dos mesmos valores morais, éticos, religiosos e, principalmente, políticos.

No decorrer das publicações do jornal “A Voz da Raça” as experiências de rupturas e as dissidências políticas são enquadradas como as manifestações dos “inimigos internos” a serem suplantados pelo “bem do coletivo da raça”: obstáculos, às transformações e ao futuro urdido pelas expectativas das lideranças da Frente Negra Brasileira. Retratados como os possuidores de práticas, valores e aspirações que perpetuam as condições de “atraso” vivenciados pelos negros brasileiros, e mais do que isso, pelo atraso da “Nação Brasileira”.

O jornal “A Voz da Raça” em 1933 retratou algumas das críticas e das denúncias realizadas por um grupo interno da Frente que propunha a organização de diferentes diretórios dentro da associação que possibilitariam a convergência de diferentes concepções ideológicas, tendo como objetivo principal garantir a representação das convicções orientadas às esquerdas políticas de parte dos associados, além da resistência de alguns setores da entidade que não aceitavam a liderança de Veiga dos Santos e sua orientação política para a entidade, em especial, pelo fato de ser também presidente da organização Ação Imperial Patrianovista Brasileira e pelas suas posições autoritárias e xenófobas.

A formação da orientação política de Arlindo Veiga ligada à sua atuação no movimento Patrianovista brasileiro se constitui ainda no processo de sua formação intelectual e religiosa na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, na qual se graduou em 1926, e que hoje integra a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. De acordo com Tereza Malathian,

a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, de atuação relevante na formação da intelectualidade católica durante a Primeira República, atendia à estratégia da Igreja de utilizar o ensino superior para sua expansão [...] ocorreu no sentido de resposta às questões enfrentadas pelo Catolicismo no final do século XIX: a origem e a legitimidade do poder, a melhor forma de governo, as relações entre Igreja e Estado, o estatuto do trabalho. Sobretudo, ao revigorar uma visão de mundo medieval, a Santa Sé procurou, no recurso à tradição tomista, uma filosofia que servisse à fé sem confrontar a ciência. Com tais premissas, o projeto de uma Pátria-Nova foi gestado em um grupo de intelectuais católicos inseridos nessa cultura política, entre eles Veiga dos Santos. (MALATHIAN, 2017, p. 2)

Ainda segundo a autora, ligado ao movimento do pensamento católico de retorno a filosofia religiosa das teorias de São Thomas de Aquino, o projeto ideológico da Pátria-Nova consistia “em arregimentar pessoas com certo nível cultural que atuassem no próprio meio em

que viviam”, definindo-se “como movimento político que optou pela cátedra como local privilegiado para empreender a cruzada pelo Brasil católico e monárquico”. Politicamente, gestavam, “através de uma proposta autoritária uma saída para o que consideravam degeneração nacional”, o Estado Republicano Brasileiro, se organizando coletivamente em diferentes setores da sociedade intelectual paulista “defendiam formas antidemocráticas de governo e condicionavam a solução dos problemas políticos à implantação de um Estado antiliberal.” (MALATHIAN, 2017, p. 3-4).

É ainda no contexto de disputas e articulações das lideranças políticas da comunidade negra de São Paulo, que a formação intelectual e política de Arlindo Veiga dos Santos<sup>11</sup>, bem como sua atuação política enquanto fundador e liderança da Ação Imperial Patrianovista Brasileira, um movimento de caráter religioso, antirrepublicano, conservador e monarquista, fundado em 1928, demonstra-se como principal fator de contestação e de disputas internas. Os ativistas que organizavam o jornal “Clarim da Alvorada”, representados pela figura de José Correia Leite, foram os principais articuladores do exercício de crítica e dissidência a entidade, tornando-se o principal grupo opositor da associação na comunidade negra de São Paulo.

Em 1932, após uma polêmica envolvendo uma delegação fretenegrina dirigida por Isaltino Veiga dos Santos, rumo ao interior de São Paulo, as divergências políticas se tornaram insustentáveis, marcando o momento de ruptura do grupo do “Clarim da Alvorada” com a Frente Negra Brasileira. A polêmica em questão, como José Correia Leite relembra e depõe,

“[...] um certo dia [a comunidade de] São Sebastião do Paraíso convida para instalar a Frente Negra lá, convida o Isaltino e mais uma representação para ir lá e vai o Isaltino, o Vicente Ferreira e um outro cidadão que eu não me lembro o nome. O Isaltino, muito galã, muito conquistador, um *dom-juan*, ele chega lá em Sebastião do Paraíso e se envolve em um namoro com a moça da família mais importante da cidade. A moça ficou louca lá pelo Isaltino e ele veio embora, parece que houve troca de correspondências e os ‘home’ descobriram que o Isaltino era casado, membro da Frente Negra, um líder de importância, aí eles escreveram denunciando o negócio para a diretoria. Eles queriam uma satisfação, que se punisse o Isaltino...” (BARBOSA, 1998, p. 69-70)

No mesmo ano de 1932, Jayme Aguiar, José Correia Leite e o grupo de militantes que mantinham o jornal “O Clarim da Alvorada”, interromperam suas atividades e lançaram um

---

<sup>11</sup> Os pensamentos políticos de Arlindo Veiga dos Santos em relação ao Pátria-Nova podem ser encontrados em sua produção intelectual, em livros como *Para a Ordem Nova* (1933), *As raízes históricas do Patrianovismo* (1946), *Orgânica Patrianovista* (1951), dentre outros. Cf. MALATHIAN, 2017, p. 3.

novo periódico, intitulado jocosamente de “Chibata”. Tinha como principal objetivo manifestar a insatisfação de um setor específico da classe intelectual negra de São Paulo e contestar a orientação política e ideológica assumida pela Frente Negra Brasileira, bem como denunciar e exigir respostas para o caso envolvendo seu secretário geral, Isaltino Veiga dos Santos. Na terceira edição de “A Chibata” a oficina na qual o jornal era produzido, localizado no bairro da Bela Vista, foi invadida e desmantelada “por uma milícia a mando do Presidente da F.N.B, Arlindo Veiga dos Santos. Revoltado, o grupo do “Clarim D’ Alvorada” resolveu republicar o jornal com seu nome original (DOMINGUES, 2004, p. 62).

Durante toda a permanência de Arlindo Veiga dos Santos na presidência da associação, até julho de 1934, a crítica e a disputa interna da ideologia política única assumida pela Frente Negra foram uma constante, isso porque desde sua fundação a orientação e as práticas da instituição eram reconhecidas e assumidamente autoritárias, antidemocráticas, antiliberais e anticomunistas. Os primeiros anos da instituição foram os de maior instabilidade. Em abril de 1933, na manchete da quinta edição do periódico, Arlindo cessou as discussões que vinham propondo a necessidade de alas políticas distintas, enfatizando que a Frente deveria se manter assentada em uma orientação política única, seguido de, ainda na mesma página do periódico, um abaixo assinado em defesa da liderança da Frente Negra por Arlindo Veiga e da ocupação de Isaltino Veiga no cargo de secretário geral (“A Voz da Raça”, 15 de abril de 1933, p. 1).

Para os dissidentes políticos e os demais críticos da associação da própria comunidade negra de São Paulo, a experiência da F.N.B pensada como uma frente ampla com diferentes orientações políticas nunca de fato se consolidara, e é neste sentido que podemos apontar a atuação do periódico “A Voz da Raça” como um instrumento ambíguo e de luta política, com um projeto constituidor de sentidos, percepções e memórias. Como veículo que expõe e atua na disputa política travada socialmente pela Frente Negra Brasileira em um contexto de enfrentamento de rupturas e contestações internas, o periódico também opera através do apagamento, do silenciamento e na caracterização de seus adversários políticos, bem como de concepções e perspectivas dissonantes.

Essa estratégia fica evidente na 26ª edição do periódico. Nesta edição, pela primeira vez no periódico encontramos o aviso, logo acima da terceira página, de que “a redação não se responsabiliza pelos conceitos contidos nos artigos publicados e devidamente assinados” (“A Voz da Raça”, 25 de novembro de 1933, p. 3). Três dos quatro artigos presentes na página

parecem se referir, de maneira distinta, a tal aviso – “*Atassalhadores*”, “*Tudo pela raça*”, e “*Aos negros e mestiços*”, e o que parece ser mais uma das diferentes colunas nas quais misturam-se cotidiano da comunidade negra de São Paulo, suas produções artístico-culturais e anúncios, nos possibilita compreender, no jornal, a articulação de seu projeto editorial e projeto gráfico na produção de sentidos, valores e convicções.

Em “*Atassalhadores*”, assinado pelo pseudônimo de Rajovia, relata-se caso de “duas senhoritas, bastante conhecidas da elite negra” que receberam cada uma carta “imoral” e “indecente”, de autoria desconhecida. Ainda que não seja possível compreender o ocorrido, visto que se trata apenas de um texto de opinião, enquanto movimento engajado na transformação coletiva da comunidade negra paulista, o assédio sofrido por estas jovens são reconstruídos e inseridos no esforço de moralização e de definição do “nós” e o “outro”, tendo em vista que no periódico os “mandriões estouvados”, “hipócritas”, “sem vergonhas”, “sem escrúpulos”, e os “que vivem só para molestar, dar-facada e caluniar seus semelhantes”, neste caso são associados à raça, mesmo que não sendo identificado o responsável pelo acontecimento infame. Evidentemente, a necessidade de proteção das “patricias” da mocidade frentenegrina era preocupação constante da associação, contudo, o texto é ambíguo ao apontar a inexistência de autoria na mesma medida em que alude a responsabilidade, genericamente, aos da “raça negra”.

No canto inferior esquerdo da publicação, a crítica aos dirigentes da associação e ao Grande Conselho, pela primeira vez, é disposta pelo periódico – sendo, até então, apenas referida e comentada. Trata-se do artigo intitulado “*Tudo pela raça*”, publicado em 25 de novembro de 1933, assinado pelo frentenegrino João B. Galvão, que afirma

(...) A Raça Negra não se une para para (sic) nada, vive ludibriada pelos seus inimigos, que, astuciosamente estendem a mão esquerda e desferem a bofetada com a direita, sem que a raça sinta a dor, porque os inimigos acalmam-na com o balsamo da hipocrisia. Meus irmãos, eu fico pensativo, porque, fundamos a Frente Negra Brasileira, para pugnar pela grandeza de raça e para a moralização da mesma, porém, não posso me conformar com a atitude dos seus dirigentes. A miséria que têm se dado em nosso meio não tem sido repellido com a moral que desejamos: tem sido coberta com uma capa transparente que cause grande divergência.

E continua:

Vamos dar uma prova de cumprir os nossos estatutos que, representa a nossa glória; vamos examinar quais são os culpados da nossa não ascensão. Vamos ver se estamos no caminho da luz ou da treva. Si estivermos neste, façamos com que possa sair dele e si estivemos no caminho de luz, esforcemo-nos para que esta luz brilhe mais intensa. (sic.) (A Voz da Raça, 25 de novembro de 1933, p. 3)

Nestes trechos, o questionamento do direcionamento das lideranças se manifesta no periódico de maneira polida, apontando mais para uma autocritica, necessária para a manutenção da orientação da entidade, do que para uma contestação pugnadora e excessiva. A disposição do referido artigo no periódico chama a atenção pela escassa apresentação do questionamento, geralmente sendo este aludido no exercício de legitimação da organização e de seus princípios, ainda que o próprio fretenegrino assinale seu reforço. É oculto pelo autor os objetos de sua crítica, sendo apenas possível conjecturar os possíveis elementos agrupados e designados como a “capa transparente” que, ao seu ver, segmenta e minora o curso da Frente Negra e de seus associados. Como já citado, os motivos recorrentemente utilizados pelos opositores da entidade dizem respeito ao reconhecimento de seu caráter autoritário, intolerante e, por vezes, preconceituoso.

Embora a página seja iniciada pelo aviso que desassocia a redação do jornal das publicações por ele vinculado, compreendendo o projeto editorial como parte da seleção e da composição de um discurso proferido em dado lugar social e com uma série de intencionalidades e objetivos de um grupo politicamente engajado, chamamos a atenção para o entendimento de que sua montagem e suas disposições gráficas do periódico não pode ser ingenuamente destituídas de intencionalidades. A aparição da crítica às lideranças deve ser compreendida como parte do projeto discursivo do jornal e da associação da qual ele procura representar.

Então, surgem alguns questionamentos: quais são os motivos que levam a sua incorporação no periódico? Como se inserem na continuidade dos esforços do periódico e da associação? Diversos fatores, não necessariamente excludentes, podem ser apontados para a manifestação da crítica à associação em seu próprio periódico, da qual destacamos: a) a necessidade pela materialização do “inimigo interno” da raça; b) na medida em que se reconhece que o período que vai de 1931 à 1934 é marcado pela constante críticas à associação, tanto internamente, como já evidenciamos, como externamente – tendo em vista que desde sua criação foram acusados de instigar rebuliço e, até mesmo, tensões entre negros e brancos – até

então, tidas e ocultas pela posição ideológica de harmonia racial<sup>12</sup>; c) dado às expectativas pela redemocratização do país e a constante crítica ao autoritarismo que fundamentavam os discursos, as representações e as práticas políticas da liderança e de seus núcleos políticos<sup>13</sup>, a veiculação do artigo crítico a associação serviria como estratégia para neutralizar o discurso dos opositores.

A resposta talvez, pode ser encontrada no artigo “*Aos negros e mestiços*”, assinado apenas pelas iniciais J. B. M., encontrado no canto inferior direito da terceira página da mesma edição. Quase que como resposta a crítica apresentada ao lado, o conteúdo do referido artigo ergue-se em defesa da obra fretenegrina e de suas decisões, independentemente de seus possíveis efeitos e consequências. Afirma que:

O ideal fretenegrino é, para nós, negros e mestiços, uma trincheira intransponível. [...] O negro e o mestiço, por consequencia, não pode deixar de acudir ao chamamento de seus irmãos, que, à sombra da F.N.B. vem lutando heroicamente pela indissolubilidade da grande raça negra brasileira. [...] a finalidade fretenegrina será melhor conhecida e compreendida, proclamando-a então como a unica instituição capaz de elevar o negro e o mestiço á altura que eles já deveriam ter alcançado [...]. Por isso, meus caros patricios, o que se fizer, seja qual for a obra que tentarem, fora do programa fretenegrino, nada presta, tudo é inútil. (“A Voz da Raça”, 25 de novembro de 1993, p.3)

A tônica das respostas das críticas à Frente e de seus dirigentes se encaixam no mesmo “formato”, de modo que estatuto e os direcionamentos do Grande Conselho se justifiquem, por si só, na confiança e na esperança pela transformação e, posteriormente, pela recompensa futura, tal como uma “religião profundamente vivida, de modo que haja reforma completa pela Graça nas almas” (“A Voz da Raça”, 16 de setembro de 1993, p. 1). Aqui também podemos novamente identificar a tentativa de enquadramento da associação como única possibilitadora do futuro aspirado coletivamente pelos associados, ainda que sob uma orientação autoritária, inflexível e particular.

Essa edição nos serve como exemplo valioso para compreender como o periódico, seja através de seu discurso ou sua montagem, constitui sentidos e representações acerca das

---

<sup>12</sup> Petrônio Domingues (2008, p. 82), aponta ainda que, com certa frequência, a imprensa negra, em especial no século XX, também veiculava em suas páginas a tônica de harmonia das relações raciais, compreendendo-a como estratégia conciliatória.

<sup>13</sup> Ferreira (2005) procura evidenciar a partir da trajetória política de Arlindo Veiga e de José Correia Leite, reconhecidas figuras de liderança política dos setores intelectualizados paulista, com posições contrárias, constituem e (re)produzem representações sociais e políticas utilizando da imprensa negra como veículo.

disputas sociais e políticas. Acreditamos que tal demarcador, ainda que direcionada ao artigo “*Atassalhadores*”, surja também no sentido de demarcar esse objeto, até então, oculto na publicação: a manifestação da crítica. Levando em consideração o contexto de disputa político-ideológica entre os projetos das lideranças negras, nessa página podemos perceber a vinculação de diferentes sentidos que convergem para a mesma intenção: a significação do inimigo interno, que também, é o inimigo político, que *atassalha* a obra Frentenegrina. A articulação do projeto gráfico e editorial na materialização e na construção do inimigo interno nesta página, dessa maneira, procura associar o indício da crítica – que se encaixa melhor, neste caso, na concepção de autocrítica, o assédio ocorrido e o distanciamento da moralidade cristã e das práticas regulamentadas pelo estatuto da Frente Negra.

Retomando a discussão acerca dos usos e abusos da memória no periódico, nas diversas comemorações, rememorações de datas e personalidades, usos do passado, e, até mesmo na mobilização das experiências de diferentes sujeitos, o “passado atual” (KOSSELECK, 2006) é apresentado, reconstruído e enquadrado pelo periódico em uma representação do passado específica; cumprem a função de constituir, difundir e sistematizar uma narrativa do passado que contém um conjunto complexo de símbolos-valores, no sentido de homogeneizar a historicidade e a identidade racial e política dos seus interlocutores a fim de garantir sentido a trajetória coletiva da comunidade negra e legitimidade a Frente Negra Brasileira, dado o crescimento exponencial e constante da associação, discurso esse de projeção nacional.

No artigo intitulado “*Na hora da celebração*”, veiculado na 21ª edição do jornal publicado no dia 16 de setembro de 1934, edição comemorativa do aniversário da F.N.B, podemos captar de maneira direta a articulação e os usos empregado ao passado no decorrer do periódico. Na capa do jornal, em um artigo também comemorativo, Arlindo Veiga dos Santos afirma:

“Todo o ingente trabalho da F.N.B, trabalho que esgota, que sacrifica e martiriza meia dúzia de supremos responsáveis, renderá ninharias, enquanto não houver regimento orgânico que não olhe com ciúmes e desconfianças descabidas o esforço de um corpo intermediário entre o indivíduo e o Estado Nacional. Visa a obra da F.N.B., ajudando o Negro a elevar-se pela moral, pela economia, pela educação completa, elevar mais o Brasil, cooperar para a redenção nacional que, por enquanto – com mil feitiços de revolucionários com mil programas e mil sentenças absurdas e desconstruídas nas cabeças e nos partidos – não passa de expressão bonita para efeito de discursos idiotas (sic). (A Voz da Raça, 16 de setembro de 1933, p. 1)

Assim como se espera de uma imprensa e de uma associação engajada como a F.N.B e seu jornal “A Voz da Raça”, a proposta do artigo comemorativo é orientada pela intencionalidade de salientar os empreendimentos realizados pela associação para a comunidade paulista em seus dois anos de funcionamento, também aproveitando para reforçar os regimentos, os valores cristãos, e a moralização de seus costumes. Podemos também perceber as estratégias paulatinas de legitimação da liderança de Arlindo Veiga e da composição do Grande Conselho (APÊNDICE 2) durante toda a trajetória de suas disputas políticas internas: a associação e este grupo específico de intelectuais negros, são tidos como sinônimo da continuidade do progresso social-político, cultural-intelectual e econômico do negro brasileiro.

Na terceira página da 15ª edição, publicada em 1 de julho de 1933, em um artigo assinado por Pedro Paulo Barbosa, chefe e responsável pela milícia frentenegrina<sup>14</sup>, intitulado “*Justiça*”, se encontra o seguinte:

A raça até hoje aí está ás portas do tribunal da revolução de 30, como bateram ontem ás portas do tribunal da consciência jurídica da nação, os revolucionários de 22. Estes homens precisam ser atendidos, contemplados e beneficiados pela revolução para que não se reproduza a epopeia sublime da republica de Palmares. Antes e apoz a revolução dos 18 do forte, era o povo que clamava por todos os cantos do Brasil, a revolução como único lenitivo da nação, esbulhada pelos generais da política dominante de então. Hoje é uma raça que pede e que ainda não foi ouvida: Justiça! Justiça! (sic). (“A Voz da Raça”, 1 de julho de 1933, p. 3)

Aqui a Revolta do Forte de Copacabana de 1922 é reconstruída e utilizada por Pedro Paulo Barbosa para reivindicar o reconhecimento e a priorização das questões relacionadas ao negro pelo Estado brasileiro, visto que no decorrer do ano de 1933, todo o cenário nacional e a esfera pública se agitava com as discussões a respeito das expectativas em torno da reconstitucionalização do país, marcados pela disputa entre projetos e grupos político (PANDOLFI, 2019, p. 14). A Frente Negra Brasileira desde 1932 já demonstrava preocupação com o andamento da estruturação da nova constituição e do destino nacional, sendo assim, o periódico “A Voz da Raça” manifestava as experiências e as expectativas de parcela da população negra em vista das novas possibilidades democráticas e constitucionais. As ideias

---

<sup>14</sup> A organização da milícia frentenegrina se constitui ainda nos primeiros anos da associação, desde as primeiras edições de A Voz da Raça vemos a divulgação e a “convocação” da juventude frentenegrina. De acordo com Petrônio Domingues (2007; 2008), a milícia frentenegrina se estruturava “nos moldes dos boinas verdes do fascismo italiano”, com um rígido código de disciplina e de conduta.

de injustiças a serem revistas pelos futuros governantes da nação aludem a todo o passado mobilizado e reconstruído pelo periódico, sendo assim, atuam no sentido de direcionar a compreensão dos acontecimentos, a partir dos usos do passado, e incutir as movimentações políticas no presente.

A narrativa histórica constituída pelo periódico enquanto estratégia de seu projeto editorial, para além de atuar na constituição da identidade étnica-racial, a “Gente Negra Brasileira”, também atua nos processos políticos socialmente enfrentados pelos negros paulistas, constituindo sentidos e historicidades através da articulação de diferentes temporalidades e intencionalidades. Neste sentido, o projeto pedagógico-ideológico como um dos eixos estruturantes da constituição da “Gente Negra Nacional”<sup>15</sup>, a identidade política e racial compartilhada pelos fretenegrinos, se manifestaria também a partir da mobilização e na estruturação de uma memória social compartilhada.

Enquanto instrumento de comunicação e luta política, o jornal “A Voz da Raça” se apropria das experiências acumuladas socialmente e das expectativas coletivas, reconstruindo-as e reproduzindo-as sob a partir dos vieses de suas concepções político-ideológicas no sentido de produzir sentidos específicos à experiência temporal, política, social, cultural e subjetiva dos leitores e interlocutores da associação e do jornal: um “projeto pedagógico militarizado de formação de uma unidade inquestionável e da legitimação da hegemonia do grupo de Arlindo Veiga dos Santos para controlar a organização” (OLIVEIRA, 2006, p. 102).

Ainda que não seja novo para os movimentos organizados pelos negros brasileiros, foi do reconhecimento e da sistematização da luta política no campo do simbólico e do imaginário, especialmente no caso do “A Voz da Raça”, que possibilitou este grupo a constituir um novo lugar social e institucional que viria a se tornar sua maior plataforma de disputas políticas na esfera pública, com diferentes grupos políticos, sociais e com o Estado, articulando “um olhar seletivo sobre o passado capaz de alavancar a luta por sua afirmação no presente” (MACIEL, 2016, p. 432).

Isso nos possibilita pensar que a relação passado-presente-futuro das narrativas históricas e da memória no periódico “A Voz da Raça” cumprem uma dupla função: enquanto

---

<sup>15</sup> Podemos compreender a “Gente Negra Brasileira” como uma categoria discursiva utilizada recorrentemente pelo periódico em seus artigos, fruto do projeto de identidade racial, política e ideológica idealizado e difundido pela Frente e seu periódico. Cf. OLIVEIRA, 2006.

instrumento de luta política de uma parcela intelectualizada da comunidade negra paulista, atuaram na construção e na consolidação de uma narrativa de memória cristalizada através do “A Voz da Raça”, disputada interna e externamente, com a finalidade de fortalecer e expandir uma concepção específica de consciência social, política e racial (OLIVEIRA, 2006, p. 97); Ocorridas em meio à efervescência do debate público pós-Revolução de 1930, as disposições e usos conferidos ao passado e a memória, ou o projeto de enquadramento da memória empreendido por esses intelectuais, para além de sua atuação na comunidade negra paulista, também representa um intento mais audacioso de contestação do próprio projeto da memória e da historiografia nacional republicana, através da reescrita da história em suas páginas.

Ainda que não seja parte de nossos objetivos elaborar uma discussão aprofundada acerca da escrita da história operada na primeira metade do século XX, faz-se necessário uma recapitulação do lugar social e político que ocupa. Como aponta Velloso,

Na década de 1920, quando se fazem sentir os efeitos críticos do pós guerra, com a derrocada do mito cientificista, o ideal cosmopolita de desenvolvimento cede lugar ao credo nacionalista. A busca de nossas raízes, o ideal de brasilidade passa, então, a construir o foco das preocupações intelectuais. Agrupados no movimento modernista, os intelectuais se apresentam como indivíduos destinados a conhecer o Brasil e os brasileiros. E é através da arte que se pretende atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação. É a partir da década de 1930 que eles passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação. Percebendo a sociedade civil como corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social. (VELLOSO, 2019, p. 139)

A ilustração de uma sociedade brasileira que caminha rumo à civilização, tal como se apresentava a retórica nacionalista republicana, dessa maneira, é poluída pelos impactos da Primeira Guerra Mundial e da crise econômica internacional de 1929, se enfraquecendo na medida em que as contradições da organização política, social, cultural e econômica da Primeira República tornam-se cada vez mais evidentes. No primeiro quartel do século XX, os usos políticos da memória, do passado e da história foram elementos essenciais na (re)construção das noções de “povo”, “nação” e de “nacionalidade”, elementos estes socialmente disputados pelo recém instaurado Estado republicano, pelos grupos distintos e heterogêneos de intelectuais e memorialistas, e por novos atores sociais advindos da ampliação do debate público.

Para legitimar a ilusão de uma ruptura completa com a Primeira República se requisitava o esvaziamento e a rearticulação dos sentidos e das identidades que compunham o universo simbólico da experiência republicana que se findou. Neste sentido, as disputas de narrativas históricas, forma privilegiada e ratificada de reconstrução do passado, acompanham o processamento cultural das transformações político-sociais, marcada pelo ímpeto dos anseios pela modernização da sociedade brasileira e pelo apego ao nacionalismo como única forma de materializá-la.

A trajetória do ensaísmo histórico se mostra como um exemplo concreto da distensão do domínio da historiografia, do memorialismo e da construção da narrativa histórica nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Ainda que divergente em variados aspectos, o objetivo principal de proeminentes ensaístas e de suas obras<sup>16</sup> eram de propor uma reinterpretação do Brasil, realocando a questão da nacionalidade brasileira, do atraso cultural brasileiro, e da historicidade do “tempo da nação” (NICOLAZZI, 2008, p. 326). Esse novo estilo de representação do passado, nas décadas de 1920 e 1930, surgem de uma intenção pragmática de inserção da narrativa histórica no debate político nacional, visto que, ao pensar a nação brasileira a fim de garantir um “diagnóstico” dos empecilhos a modernização, também são esboçadas perspectivas e convicções para sua superação. Em outras palavras, as suas obras, ao examinarem o passado, também engendraram possibilidades de mudanças, concebendo novas percepções sobre a realidade nacional e aos projetos de futuro em disputa para a nação brasileira.

Velloso (2019) e Gomes (2014), ao apontar a heterogeneidade das produções de tais intelectuais identificam a atuação política destes na estruturação e na legitimação do poder político republicano, através da constituição de uma identidade nacional que suplantasse o descompasso entre o “povo”, a “nação” e o Estado, uma íntima relação entre estes grupos de intelectuais e a composição do projeto político-cultural e ideológico desenvolvidos e posto em prática pelo governo de Getúlio Vargas, constituindo o novo universo simbólico que garantiu legitimidade e sustentação ao seu projeto de Estado centralizador e autoritário.

---

<sup>16</sup> Dentre os mais reconhecidos ensaístas brasileiros e suas obras, podemos destacar, o paulista Paulo Prado, autor de *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*, publicado em 1926; Gilberto Freyre, autor de obras reputadas como *Casa-Grande e Senzala*, de 1933, e *Sobrados e Mucambos*, de 1936; Sergio Buarque de Holanda, autor de *Raízes do Brasil*, de 1936, e etc.

É neste mesmo contexto em que a Frente Negra se insere na disputa pelo seu “lugar na história” nacional. Intimamente ligado a construção da consciência e da identidade racial das comunidades negras paulistanas, as narrativas históricas produzidas pelas intelectualidades negras de São Paulo e veiculadas pelo periódico não podem ser desassociadas da “batalha político-memorial” (GOMES, 2014, p. 58) e do movimento de disputas pelas representações e pelo mando do passado suscitadas pós-1930. Isso posto, podemos perceber como no decorrer de todo o periódico são selecionados e reconstruídos alguns dos principais episódios que marcam a história do Brasil, como por exemplo, as experiências do cativo, a da escravidão, a Guerra do Paraguai, a campanha abolicionista, a experiência dos Palmares, o processo gradual da abolição<sup>17</sup>, a Proclamação da República, e outras diversas histórias e experiências.

Na 26ª edição de “A Voz da Raça”, anteriormente citada, o artigo intitulado “*Histórias que passou-se*”, enviado por Cantídio Castelo Alves, presidente da comissão negra de Sorocaba, nos serve de modelo exemplar para compreensão da função e das articulações da narrativa histórica e da memória no fortalecimento e no reforço das pautas e das reivindicações da associação. Na narrativa, ao engendrar uma representação do passado da colonização portuguesa e do tráfico transatlântico de indivíduos do continente africano em direção ao Brasil na qualidade de escravo, consta o seguinte:

[...] Os portugueses que para aqui vinham pouco ou nada podiam fazer. Os problemas eram tantos naqueles tempos que não se podiam descurar de nenhum deles. Recorreram aos índios, mas os pobres aborígenes não correspondiam aos trabalhos da lavoura. As autoridades portuguesas estavam desta forma a braços com um problema dos mais difíceis de ser solucionado. O tempo assim ia se passando e, o Brasil não mudava de feição tornando-se desta forma centro de evasões, guerras entre portugueses e os índios, enfim uma mixórdia difícil de se compreender. Já estavam dando isso por um caso perdido, quando ideias pouco escrupulosas propuseram-se a ir buscar Negros na África e vende-los aqui para o serviço da lavoura. Decidido esse problema partiram os primeiros navios para a África chamando estes Navios Negreiros. Desde daí então começou os martírios dos pobres Negros até a data de 13 de Maio de 1888 isto é, a data da emancipação dos mesmos [...]. (sic).

E continua:

Hoje não obstante decendermos dessa raça de herois somos desprezados como Negros vadios, bêbados, etc. Muito chegam a dizer que nós Negros não prestamos para nada e, que se não fosse os estrangeiros o Brasil seria precario na lavoura.

---

<sup>17</sup> Tendo como principais marcos as leis abolicionistas, a Lei Eusébio de Queiroz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários, e a Lei Áurea (1888).

Sendo os nossos avôs os baluartes do progresso desta grande terra e não podendo suportar tamanha afronta temos a responder que se puzesse os estrangeiros a trabalhar na lavoura sem remuneração nenhuma e debaixo do relho dos bárbaros feitores veríamos se eles produziram o que produziram o Negro. Querer tirar do Negro o cetro de vanguarda do progresso do Brasil? Não. Nós os decedentes deles não admitimos; é mais facil o Negro perder a vida que perder a vergonha. (“A Voz da Raça”, 25 de novembro de 1933, p. 2)

Nestes trechos, o passado colonial é reconstruído. Inicialmente, retrata as relações estabelecidas entre os portugueses, os povos indígenas e, posteriormente, os “Negros da África”. Demarca a escravidão, oculta sob a imagem de *“ideas pouco escrupulosas propuseram-se a ir buscar Negros na África e vende-los para o serviço da lavoura”* como ponto de partida para o “martírio” dos negros, que só se finalizaria com a abolição formal da escravidão em 1888. O artigo se direciona, num segundo momento, a retomar a experiência da escravidão e os seus legados: a construção da nação se deu a partir do sofrimento, do sangue e do trabalho do “Negro da África”. No periódico, a história dos negros brasileiros é, dessa maneira, indissociável da história da nação.

Em seus artigos o passado é reconstruído, interpelados e inseridos na disputa simbólica e política pelo seu papel na formação da nação brasileira. No presente, a elite negra paulista, esse grupo de intelectuais que constituem os enunciadores do periódico “A Voz da Raça”, utilizavam-se das representações do passado na legitimação de suas reivindicações do reconhecimento da “raça” como elemento fundante e fundamental de nossa formação nacional, buscando a incorporação de suas pautas na agenda nacional, garantindo a ampliação dos horizontes de suas disputas políticas e consolidação da Frente Negra Brasileira e de seu periódico como uma plataforma política mais ampla de disputas e negociações com o Estado e com os diversos setores da sociedade brasileira.

No próximo capítulo, procuraremos aprofundar as discussões esboçadas tendo como enfoque as estratégias de constituição das noções de “raça” e o projeto de identidade racial no periódico “A Voz da Raça”, despontando em um projeto mais ambicioso de reformulação de uma historicidade mais ampla operada pelo periódico “A Voz da Raça”. Assim sendo, estas discussões não cessarão, visto que a narrativa e a memória histórica constituem eixo central do projeto de identidade e consciência racial, bem como de seu programa político-ideológico. Ainda que não asseveremos que a imprensa negra, por si só, garantiu sentido as disputas políticas empreendidas pela população negra de São Paulo, acreditamos que a compreensão

das dinâmicas estabelecidas entre a mobilização recorrente das experiências históricas nacionais e os objetivos idealizados por seu projeto editorial pode nos ser útil a compreensão do complexo contexto político, cultural e social dos negros paulistas e de suas estratégias.

## **Capítulo 2:** **Por um conceito de Raça.**

O avanço nos estudos da trajetória dos negros no Brasil evidencia que o discurso racial foram fundamentais para a composição da identidade social e política assumida pela organização dos movimentos encabeçados pelas intelectualidades negras. Para Achile Mbembe (2014, p. 28), “a raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica”, o processamento cultural do exercício do poder e da dominação de um “Nós” sobre um “Outro”, sujeitos constituídos na realidade concreta da prática social em diferentes contextos e trajetórias históricas e sociais, sendo, portanto, uma identificação/identidade exterior ao sujeito. A imposição hegemônica desse paradigma ideológico – historicamente identificado na mundialização da modernidade europeia através da colonização – vem a constituir os lugares e as representações sociais de dominadores e dominados, justificando a objetificação, a desumanização, a exploração e o genocídio dos últimos pelo primeiro.

Em um movimento dialético, a ideia de raça pressupõe ao mesmo tempo a constituição de representações e identidades sociais alienantes: para além de seu exercício na legitimação da discriminação-dominação, também vem a constituir umas identidades coletivas e subjetividades, isso porque, “enquanto instrumentalidade, a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente e o associar ao desperdício e ao dispêndio sem reservas. É o que autoriza a situar, em meio a categorias abstratas, aqueles que se procura estigmatizar, desqualificar moralmente e, eventualmente, internar ou expulsar” (MBEMBE, 2014, p. 73-74). Para isso, constitui um universo simbólico que procura dar sentido à contradição fundamental expressa na divisão nós/outros, da qual a trajetória histórica e social da movimentação, transformação e apropriação de seus significados.

Neste capítulo nosso objetivo é traçar um breve panorama histórico acerca de algumas das principais concepções acerca de raça que balizaram o contexto intelectual brasileiro. Correndo o risco de reforçar o vínculo de poder entre uma produção intelectual que nunca se distanciou do engendramento de uma política cultural e ideológica racista, nosso objetivo é compreender como este debate pode ser apreendido no periódico “A Voz da Raça”, bem como

o conjunto de estratégias utilizados pelas intelectualidades fretenegrinas para se apropriarem, manipularem, e ressignificarem seus sentidos.

Partimos da utilização do conceito de raça como categoria de análise proposto por Guimarães (1999, p. 153), que compreende noção de raça como “construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”, que, ainda que não exista “num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, senão são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos.”

Longe de aceitarem passivamente o “lugar social” construído para a “raça negra”, as organizações das diferentes mobilizações da população negra em prol da luta contra o racismo e a discriminação racial foram levados a disputar socialmente esta categoria. Neste sentido, procuraremos a partir do periódico “A Voz da Raça” compreender e identificar os diferentes sentidos acerca da noção de raça, procurando evidenciar sua relação com as produções intelectuais do contexto histórico, político, cultural e social em que se insere. Para tal, é preciso retroceder ao século XIX, direcionando nossa atenção para a incorporação (importação) do conceito moderno de raça no circuito intelectual do pensamento social brasileiro.

De acordo com Lilia Schwarcz (1993), é a partir de meados da década de 1870 que teorias raciais vão sendo introduzidas no Império brasileiro, conjuntura histórica demarcada por grande instabilidade política, econômica, cultural e social, e de profundas transformações da sociedade brasileira. Nas décadas finais do século XIX, a “geração de 1870”, movimento político e intelectual heterogêneo, debruçaram-se no esforço de compor uma produção intelectual em um contexto de “processamento político de uma mudança estrutural: os fundamentos coloniais da formação social brasileira, a forma patrimonial do Estado e o regime de trabalho davam sinais de desagregação” (ALONSO, 2002, p. 41). As produções destes intelectuais entendidas enquanto ações políticas, buscavam por meio da composição de uma “sociologia nacional”.

Ainda muito vinculados à tradição do projeto de nacionalidade concebido no íntimo dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros e do Museu Nacional, associavam seus estudos etnográficos à compreensões específicas sobre a realidade nacional, uma produção de conhecimento que também apontavam para a ação política de tracejar um perfil para a

identidade nacional brasileira e do seu povo, uma visão de Brasil, que garantisse a consolidação e a sustentação de novos projetos de nações, na mesma medida em que procuravam justificar nosso atraso em direção ao progresso, à modernidade e à civilização (SCHWARCZ, 1993, p. 18). As teorias raciais garantiam a explicação para as contradições estruturais do Império que, naquele momento de crise, eram passíveis de ser reconhecidas, na mesma medida em que identificavam o “problema”, ou, a “doença” nacional, e propunha sua “cura”, através da acomodação destes modelos teóricos à realidade brasileira.

Célia de Azevedo (2008), evidencia como o impacto das transformações dos espaços urbanos foram encaradas pelas elites políticas – variando de acordo com as especificidades das diferentes elites regionais, que resulta na constituição da política racista de branqueamento através da intensificação da imigração europeia: o branqueamento via imigração se apresentava para as elites políticas como a solução para nossa composição mestiça e “degenerada”; para a substituição da força de trabalho afro-brasileira em detrimento do imigrante branco, e para abrandar as transformações nas dinâmicas, relações produtivas, e na reorganização do regime do trabalho nacional; e, também para a reconstrução do “povo nacional”.

A tônica que permeavam os debates da intelectualidade brasileira nos finais do século XIX e início do século XX, da qual podemos destacar personagens ilustres como Silvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, que, entre perspectivas positivas e pessimistas, em relação ao povo e o futuro da nação brasileira apontavam para a centralidade da noção de raça e da “mistura de raças” como explicação ao problema nacional, legado da escravidão, que, em declínio, agora se enquadrava como um empecilho ao avanço da modernização nacional. Ainda que divergissem a respeito da possibilidade da superação do problema racial brasileiro, a categoria de raça garantia inteligibilidade e sentidos naturalizados a estratificação e as condições desiguais das quais os grupos racializados deveriam, então, ser submetidos. Isso fica evidente quando se considera a influência desempenhada pelas ciências eugênicas e sanitárias na constituição de sentidos à hierarquia da estratificação racial brasileira, subsidiando teoricamente o desenvolvimento uma série de políticas racistas de controle social, como é caso da polêmica levantadas pelo Movimento Sanitarista, pela Medicina Legal e pela Antropologia Criminal (SCHWARCZ, 1993).

Inspirados em teóricos do racismo científico, como Arthur de Gobineau, Cesare Lombroso, George Vacher de Lapouge, os estudos etnográficos realizados neste contexto

buscavam elencar uma série de características – físicas, mentais e morais – que corroborariam para comprovar a inferioridade das “raças” negras, indígenas e mestiças em detrimento da superioridade do “branco”. Em “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil” (1894), de Raimundo Nina Rodrigues, por exemplo, negros e indígenas, devido a “infantilidade” mental de suas raças, seriam os mais propensos a cometerem crimes, o que não os possibilitaria alcançar o “estágio” de raça civilizada. Ao acolher a tese da miscigenação como uma prática que leva a degeneração física e moral das raças em mistura, entendia o mestiço como a evidência do problema racial brasileiro. Ainda assim, não considerava o branqueamento da população via imigração como a solução para este problema, pois, ainda que se “altere a cor da pele”, as faculdades mentais e morais das raças brasileiras ainda permaneceriam em constante processo de degeneração no decurso evolutivo.

Integra o processo de racialização - ou enquadramento de diferentes sujeitos à um sistema cientificista de identificação, classificação e hierarquização de diferentes povos e grupos sociais – a fabricação de estereótipos e representações que garantam inteligibilidade ao agrupamento destes grupos sob uma mesma identidade sociocultural, ainda que essa se apresente como natural, na mesma medida em que qualifique a posição de determinado grupo na hierarquia da estrutura racial – em outras palavras, a própria construção do que vem a ser as diferentes raças, na qual certos aspectos são selecionados e socialmente valorados enquanto significantes das condições e do lugar social que ocupam (MUNANGA, 2009, p. 23-37).

No caso específico brasileiro, é a noção de “cor” o aspecto natural selecionado como o definitivo da demarcação da diferença e da diferenciação “racial”, ainda que seus significados sejam também produtos históricos tecidos no seio da dinâmica escravista e colonial, reatualizados e legitimados pelo racismo cientificista. Considerar a “construção social da cor” (BARROS, 2009), também entendida enquanto a construção social da raça, nos possibilita fugir da armadilha de retificar a veracidade da categoria racial enquanto um dado natural, bem como as formulações generalizantes, discriminatórias e racistas que decorrem desta concepção, ainda que não seja, por si só, a constituidora do preconceito “de cor” e racial.

Para Hebe Mattos (2013, p. 106), “a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas”. Com o enfraquecimento da escravidão – demarcado pelo crescimento exponencial do

contingente de negros livres/libertos, pela intensificação da rebeldia, da insubordinação e da contestação do cativo, e pelo surgimento de outras organizações de regime de trabalho, pelo transcurso da imigração – as fronteiras de “cor” que distinguiam e correspondiam ao status de “liberdade” raciais – “negro”, “mulato”, “africano”, “pardo” – gradualmente perderam seus sentidos de naturalidade biológica e também seu uso em registros de nascimento, processos-crime, inventários, entre outros.

O processo gradual da dissolução da escravidão enquanto instituição legal, tendo seu fim assinalado pela Lei Áurea, em 1888, foi também demarcado pela recomposição das identidades socioculturais que compunham as dinâmicas do racismo. Partindo da compreensão de que, embora ideologia racista e do conceito de raça como uma construção histórica se constitui enquanto fenômeno político integrante do projeto de exploração/dominação colonial, no período do pós-abolição, ainda esvaziadas dos seus sentidos jurídicos e políticos, são mecanismos que persistem na reorganização das novas relações de poder, de trabalho e de controle no período do pós-abolição no Brasil (MATTOS, 2013; MUNANGA, 2009).

Isso significa o não desaparecimento das noções de “raça” e “cor”, porque, os “pretos”, os “pardos” e os “brancos”, enquanto categorias gerais, permanecem eficientes para designar lugares sociais”, identidades sistematicamente utilizadas para reforçar socialmente a diferença e a inferioridade do trabalho e do trabalhador. Dessa forma, partimos da associação da “experiência de luta pela cidadania” desempenhada pelos “negros” brasileiros no início do século XX ao trabalho de ressignificação dos sentidos e das qualidades do “ser negro” no Brasil, “categorias redefinidas entre as expectativas de cidadania e distinção social” (GOMES e PAIXÃO, 2008, p. 177; MATTOS, 2013, p. 345), visto que é a dimensão simbólica e cultural da noção de raça que garante sentido à barbárie do racismo e tudo que dele decorre.

Como articuladora de novos sentidos acerca dos sentidos da noção de “raça”, a intelectualidade negra paulista, tendo a imprensa como veículo privilegiado de disputa política e simbólica, encontra um fértil terreno nas décadas de 1920 e 1930, isso porque no decorrer das décadas iniciais do século XX, novos paradigmas teóricos para a compreensão da identidade, da alteridade e da diferença surgem. Neste processo, a questão racial e a noção de raça passam por profundas transformações, distanciando-se das concepções racialistas inflexíveis e deterministas, legitimada pela objetividade de um cientificismo naturalista, à uma

concepção que toma a cultura como um dos principais condutores das diferenciações entre os seres humanos e os grupos sociais.

Não queremos de modo algum considerar o movimento organizado pela população negra como resultado causal da ideologia racial no século XX, pelo contrário. Reiteramos que, desde o momento de sua introdução na América Portuguesa, os tidos como “negros” protagonizaram de diferentes formas de ação e resistência às condições precárias que foram submetidos, seja resistindo sob a sujeição do cativo, na busca pela liberdade e na extensão de seus sentidos (REIS, 2012; AZEVEDO, 2008). O que queremos apontar é que essa nova noção de raça como um elemento cultural e as matrizes de pensamento que constituem o culturalismo racialista foram possibilitadora de uma nova dinâmica de mobilização e atuação social das intelectualidades negras paulistanas, e, mais do que isso, podemos identificar a posição ativa do periódico “A Voz da Raça” em sua defesa.

É ainda nos finais do século XIX que o paradigma racialista que subsidiavam os estudos antropológicos se demonstravam insuficientes para a explicação dos novos fenômenos sociais, sendo cada vez mais alvo de contestações. Ainda que não seja nosso objetivo uma discussão aprofundada da questão, é importante destacar o desenvolvimento do culturalismo como matriz do pensamento social e do estudo dos povos humanos, bem como sua introdução no contexto brasileiro. O conceito renovado de cultura que vem a ser incorporado e enraizado no pensamento social brasileiro através do culturalismo racialista no decorrer das décadas de 1930 e de 1940, tem suas raízes em um movimento intelectual e social mais amplo, que sumariamente abordaremos através da trajetória de Franz Boas e de sua produção no contexto de transição do século XX nos Estados Unidos da América, empreendo uma produção intelectual crítica ao racismo científico.

O enraizamento do pensamento de dois ilustres intelectuais brasileiros atuantes nas décadas iniciais do século XX se mostram de grande importância: o médico, antropólogo e professor alagoano Arthur Ramos e o antropólogo e sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Acreditamos que os trabalhos destes autores serão margens possibilitadoras para o fortalecimento da politização da questão racial, na medida em que a influência de seu pensamento balizou também suas potencialidades.

Em suas publicações e discursos proferidos enquanto professor do departamento de Antropologia Física da Universidade de Columbia, Franz Boas contesta a noção da

superioridade racial branca e europeia e, ao mesmo tempo, a noção de raça biológica e genética. Em “A capacidade humana conforme determinada pela raça”, de 1894, defende a imprecisão do conceito de raça para explicar a diferença dos povos, pois, partindo da crítica ao método antropométrico e de suas formulações, evidencia que as características selecionadas e identificadas como determinantes de uma “raça” eram, não raramente, observáveis em indivíduos de “raças diferentes”.<sup>18</sup> Para ele, a antropometria e método comparativo das características físicas das diferentes “raças” desconsiderava as relações funcionais das dinâmicas sociais e culturais que, ao seu ver, influenciariam a construção dos corpos, dos traços, das características físicas e dos atributos mentais de um coletivo, insistindo que, ainda que as distinções individuais e coletivas são passíveis de serem reconhecidas, isso não necessariamente indica a inferioridade e a incapacidade racial e genética, bem como a sua hereditariedade (BOAS, 1894).

Boas ainda se opõe ao mito da superioridade racial branca, embora ainda parta da consideração de que é a raça branca pioneira na obtenção da “civilização”, tendo em vista que a hierarquia racial montada pelo paradigma racista, muito mais vinculada à uma tradição ideológica, para ele, concebe a inferioridade das outras raças “quanto mais fundamentalmente difere da raça branca”. Segundo o antropólogo, aliando-se a perspectiva do difusionismo alemão<sup>19</sup>, entende que as diferenças dos grupos humanos só poderiam ser compreendidas no exame de sua trajetória sociocultural e histórico, pois era o contato e a mistura entre as diferentes “culturas”, marcado pela assimilação e a alteração de suas práticas e valores, que determinariam o seu potencial para alcançar a civilização. A inferioridade não seria determinada pelas “raças” que compõem os contatos, e sim pela disposição utilitária e sincrética dos contatos dos povos, por suas formas de vidas, pelos comportamentos, por sua organização social e cultural e entre outros elementos influenciariam sua mistura.

---

<sup>18</sup> Como no caso das proporções do corpo, cor dos cabelos e olhos, a formação da arcada dentária, e a tonalidade da pele, que podem assumir diferentes tonalidades.

<sup>19</sup> De acordo com Thomas Eriksen (2007), o difusionismo alemão foi uma corrente de pensamento que se contrapunha ao evolucionismo do darwinismo social, no sentido de compreender as diferenças entre os povos como resultado direto das relações históricas entre os diferentes grupos humanos, de contatos e trocas interculturais – seja a partir dos confrontos, das relações matrimoniais, da mistura tanto biológica como a cultural. Para o etnógrafo alemão Adolf Bastian, por exemplo, todas as culturas teriam uma origem única, sendo ramificadas, separadas e transformadas no decorrer da trajetória históricas dos povos.

No decorrer do século XX, esse conceito de cultura vem a disputar o papel central desempenhado pela noção de raça na compreensão e na legitimação das diferenças entre os grupos racializados – especialmente aos negros e indígenas. No caso brasileiro, nas obras do antropólogo Arthur Ramos esse conceito de cultura vem a ser introduzido como proposta para a superação do conceito moderno de raça. Partindo da reatualização – e dos “méritos”, diga-se de passagem – das concepções da escola eugenista de Nina Rodrigues, os escritos de Ramos indicavam a insuficiência da categoria racial para a explicação das origens e das transformações e dos comportamentos dos grupos sociais. Utilizando-se dos aportes teóricos da psicanálise e da psicologia social, compreende que as diferenças entendidas como “raciais” e genética, eram, sobretudo, questões de ordem cultural e social – com especial ênfase nas relações estabelecidas nas instituições da família e da escola.

Ramos não buscava romper com a herança teórica racalista, pois partia do reconhecimento da inferioridade – não mais racial, mas cultural – do negro, reatualizando a hierarquia e os lugares socialmente constituídos para a “raça”. Como destaca Oliveira, nas obras do antropólogo,

apesar do negro não ser visto como uma raça inferior, era possuidor de uma cultura inferior, da qual deveria se libertar. A concepção evolucionista permanecia. Sua teoria baseava-se em dois modelos de pensamento: o lógico, do civilizado; e o pré-lógico, do primitivo. Se Nina Rodrigues fala de raça, Arthur Ramos fala de cultura, mas ambos concluem que o negro, por ser negro, ainda não pode acompanhar a civilização e dificulta o branco brasileiro a sair do primitivismo. (OLIVEIRA, 2002, p. 37)

Destacado isso, é importante salientar que Arthur Ramos representa o movimento de passagem das concepções biológicas das matrizes racialistas, que se rearticulava no esforço de contrapor-se ao discurso pessimista que refreava as expectativas que se desenvolviam no plano cultural, especialmente ao projeto modernista “nacional-popular” de renovação das representações de nossas origens nacionais e das concepções acerca da mestiçagem. De acordo com Gomes e Paixão,

[Para Arthur Ramos,] ao contrário das mazelas provenientes dos genes, que seriam supostamente eternos, os provenientes da cultura seriam alteráveis mediante processos que gerassem a mudança de antigos hábitos sociais herdados [...] operando com um conceito de cultura ancorado nos instrumentos teóricos do psicólogo francês Levy Bruhl, considerava as coletividades indígenas e,

especialmente, negras, seriam portadoras de uma mentalidade pré-lógica. Ou seja, a influência cultural herdada dos aportes culturais não europeus gerava uma permanente incapacidade [...] o óbice ao nosso progresso estaria reportado às formas culturais originais (pre-lógicas) de formação de nosso povo [...] a via por excelência do nosso progresso deveria passar pela radical reconstrução dos nossos hábitos coletivos, tidos como refratários ao progresso econômico e político. A mestiçagem, portanto, somente poderia ser deixada de ser vista como um problema dentro da chave aculturativa, onde ocorreria a plena incorporação do modo de ser tipicamente racional do mundo ocidental (GOMES; PAIXÃO, 2008, p. 181).

O culturalismo teórico desenvolve na etnologia de Arthur Ramos, que atinge seu ápice teórico nas décadas de 1940, acompanhava de perto as primeiras organizações dos negros brasileiros pós-abolição, sendo assim é um paradigma que se constitui de uma interpretação exógena da agência destes sujeitos, defendendo a aculturação como forma de desenvolvimento e progresso das “raças brasileiras” – direcionando-se especificamente para negros mestiços. Para ele, a aculturação, como o processo e resultado do contato dos diferentes grupos “culturais” seria marcado pelas relações de “empréstimos” de cultura ocorridos em diferentes “situações” e “tipos” de contato, destacando os processos de aceitação, adaptação e reação aos novos bens civilizatórios. Através da assimilação e do abandono pelo ideal da pureza racial em um país reconhecidamente mestiço, a aculturação teria uma função civilizatória, de adaptar e desenvolver social e culturalmente as raças, especialmente ao “negro, o denominador comum de todas as Américas” (RAMOS, 1942) que, em sua perspectiva, ainda se mostravam como um impedimento ao desenvolvimento e a evolução das raças brasileiras em função da conquista do status de civilizado.

É de se considerar também o movimento mais amplo operado por diversos setores da intelectualidade brasileira no início do século XX, em especial aos ligados ao movimento modernista, que passam a abordar a questão racial brasileira cada vez mais distanciada das previsões fatalistas das concepções racialistas, sendo incorporada público a partir de uma outra perspectiva.<sup>20</sup> A influência estética do modernismo paulista nas décadas de 1920 e 1930 em

---

<sup>20</sup> Isso evidentemente não significou a superação do funcionamento da raça como uma noção vultosa no debate intelectual. Oliveira Vianna (1922), por exemplo, ainda nos anos iniciais da década de 1920, considerando a influência das “raças geradoras”, da mistura e das degenerescências de suas heranças genéticas, e de suas transformações histórica e social no estudo da realidade social brasileira, defendia veemente a hierarquia racial, entendendo a mestiçagem como fonte da degenerescência moral e mental das raças e da condenação de nosso povo e nação. Entendido como integrante dos “ideólogos do autoritarismo” do primeiro quartel do século XX,

busca de uma representação positiva das raízes da formação nacional brasileira apontaram para a questão de nossa formação étnico-racial, suscitaram um buliçoso debate intelectual, despontando em diferentes compreensão e reconstrução das identidades do “povo” e da “nação” no intuito de superar as concepções que refreavam as expectativas que se desenvolviam no plano cultural, especialmente ao projeto modernista “nacional-popular” de renovação das representações de nossas origens nacionais e das concepções acerca da mestiçagem.

Do ponto de vista político, também não desconsideramos as contribuições de Velloso (2019, p. 139), que, ao ponderar sobre a relação de setores intelectualizados na constituição do nacionalismo autoritário, constata o movimento de redirecionamento da ênfase de suas querelas, estes que “passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação” na medida em que concebem “a sociedade civil como corpo conflituoso, indefeso e fragmentado”, “corporificando no Estado a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social.”

É também nos anos iniciais da década de 1930 que a famigerada obra “*Casa Grande & Senzala*” de Gilberto Freyre (1933) é publicada. Os impactos, as apropriações e os usos conferidos ao livro no decorrer das décadas de 1930 e 1940 vieram a canonizá-lo não só como um marco literário, mas também como um marco político. Talvez seja o caso de, na esteira de Nicolazzi (2011, p. 48-49), de compreender os riscos e as problemáticas em se reportar aos grandes nomes do pensamento social brasileiro, principalmente no que se refere à “manutenção do vínculo de poder” e de sua legitimação, ainda que de maneira involuntária.<sup>21</sup>

De todo modo, Freyre é considerado um dos grandes nomes do pensamento culturalista brasileiro, sinalizado pelo grande sucesso editorial e de crítica no Brasil e no exterior. Partimos da vasta produção acadêmica e intelectual crítica a respeito da referida obra (ARAÚJO, 1994; GUIMARÃES, 2006; NICOLLAZI, 2011), sendo que este não é nosso objetivo, tendo em vista

---

para Vianna, o futuro da nação brasileira só perseveraria através da organização de um “Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário”.

<sup>21</sup> Para Renato Ortiz (1985) e Nicolazzi (2011), o sucesso e a consagração de *Casa Grande & Senzala* foi produto do universo simbólico constituído nos movimentos intelectuais modernistas e de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, especialmente pelos usos políticos atribuídos a ela.

que sua herança crítica só se dá no desenrolar das décadas subsequentes ao recorte temporal proposto.

Dessa forma, nosso objetivo é destacar a especificidade do culturalismo de sua proposta, especialmente no que se refere à contribuição no amparo ao “mito das três raças”, bem como esta surge na confluência dos debates intelectuais e culturais do contexto da década de 1920 e 1930, inaugurando uma nova fisionomia ao debate racial. Isso porque, conforme discutíamos no contexto das décadas de 1920 e 1930, a nacionalidade brasileira adotava nosso passado e formação colonial como ponto de origem da nação. *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre regressa ao passado colonial, entendendo-o como principal ponto explicativo para a realidade da nação e de seus problemas pertinentes a nacionalidade.

A obra é dividida em cinco capítulos, nos quais discute sobre os povos originários e suas contribuições genéticas, culturais e sociais destes para com a formação da nação, isso já indicaria como Freyre se posicionaria no debate público acerca da questão da nacionalidade e da questão racial brasileira: ao representar o passado colonial, busca nas relações estabelecidas entre as três raças – a do português, o “europeu cosmopolita-colonizador”, do negro, “o elemento africano”, e os indígenas, “os nativos”.

Gilberto Freyre, influenciado pela antropologia cultural boasiana<sup>22</sup>, introduz à noção de cultura como elemento fulcral para se pensar a realidade étnica e racial brasileira, bem como as relações de contato, interação e de misturas das raças, em outras palavras, defende que a formação de nossa nacionalidade só poderia ser explicada a partir da amalgama racial brasileira. É sobretudo nos aspectos culturais e não mais apenas nos aspectos biológicos que estão os novos significantes das raças, visto que ao pressupor uma série de qualificantes como atributos “essencialmente” compartilhados por uma “raça”, percebemos que não era uma das preocupações de Gilberto Freyre superar o paradigma racialista, mas sim substituí-lo. Nas palavras de Renato Ortiz, o culturalismo desenvolvido por

Gilberto Freyre reedita a temática racial, para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para a compreensão do Brasil. Porém, ele não vai mais considerá-la em termos raciais, como faziam Euclides da Cunha ou Nina Rodrigues: na época em que escreve as teorias antropológicas que desfrutam do estatuto científico são outras, por isso ele se volta para o culturalismo

---

<sup>22</sup> Em meados da década de 1920, Gilberto Freyre conhece Franz Boas, seu professor, orientador e grande referência intelectual, no curso de Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais na Universidade de Columbia nos Estados Unidos da América.

de Boas. A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. (ORTIZ, 1985, p. 41)

É na esteira do processamento cultural de uma nova representação para o “ser brasileiro” – tendo a figura do mestiço como o símbolo da nação que a publicação de Gilberto Freyre se insere no debate político e intelectual. A questão das “três raças fundadoras”, bem como os significados que elas carregam, são fundamentais para compreensão de sua interpretação do que seria a “nação” e a “nacionalidade” brasileira. Para ele, é a partir das dinâmicas e das interações de trocas mútuas - interrelação cultural, social e sexual entre as três raças originárias que subsidiavam aspectos sociais, políticos e culturais diversos – em constante mistura que viabilizaram a constituição de nossa singularidade enquanto povo e nação.

Para Gilberto Freyre, o reconhecimento de nossa formação social *suis-generis* – da qual a mestiçagem é um fator essencial – nos leva a compreender o caráter conflituoso e divergente de nossa identidade nacional. Entende que os contatos e as trocas entre os grupos culturais na colônia portuguesa (o “colonizador português”, o “indígena” e o “escravo negro”) a partir da “mistura” das raças, comporiam um “novo” sujeito: o brasileiro. Atribui a miscigenação sentidos positivos, entendendo-a como possibilitadora da adaptação e o aperfeiçoamento das raças, tanto no sentido biológico quanto no sentido de adaptação climática e física, e no social, garantindo a dissolução das diferenças sociorraciais através da homogeneização, tanto racial quanto cultural. Ao abordar, por exemplo, a relação entre as “raças” fundadoras e sua relação para com o “triunfo” da colonização portuguesa nos trópicos, afirma que só foi possível

“[...] por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com a mulher de cor. Pelo intercurso com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical.” (FREYRE, 2003, p.74)

Utilizando-se do lugar social acadêmico que ocupava, procurou falsear as concepções de incapacidade e da inaptidão do negro, buscando destacar sua imprescindibilidade para a formação nacional, tanto no que se refere aos aspectos econômicos, destacado principalmente na valorização do negro escravizado, quanto culturais. O paradigma aculturativo freyriano

opera o apagamento dos conflitos de ordem estritamente raciais, com o intuito de corroborar uma visão de harmonia entre as raças e os diferentes grupos sociais que compõe a formação social da colônia portuguesa, regidos por relações patriarcais estabelecidas entre a “Casa-Grande” e a “Senzala” (FREYRE, 2003, p.85), visão posteriormente reatualizada e sistematizada a fim da consolidação da “democracia racial”, ainda que essa discussão exceda nosso recorte temporal.

De acordo com Lilia Schwarcz (2012, p. 49), na obra de Freyre, a visão de um Brasil mestiço,

o cadinho das raças aparecia como uma versão otimista do mito das três raças, mais evidente aqui do que em qualquer outro lugar. ‘Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena e/ou do negro’, afirmava Freyre, tornando a mestiçagem uma questão de ordem geral. Era assim, que o cruzamento de raças passava a singularizar a nação nesse processo que leva a miscigenação a parecer sinônimo de tolerância e hábitos sexuais da intimidade a se transformarem em modelos de sociabilidade. (SCHWARCZ, 2012, p. 49)

É de se considerar a ambiguidade do discurso racial que inebriava o imaginário simbólico neste contexto, na medida em que este era esvaziado do teor político de melhoramento da integração de negros e mestiços na sociedade, pauta reivindicada historicamente pelos ex-cativos e seus descendentes, que contrastava com às experiências de discriminação e do racismo. Momento de sedimentação e consolidação de um novo ideal para o “povo brasileiro”, constituindo um universo simbólico e um repertório político-cultural que vem a ser disputado e apropriado pelas intelectualidades negras paulistas como estratégia antirracista, especialmente no que se refere ao “mito das três raças”, as representações do papel do negro na formação da nação e da nacionalidade brasileira, bem como ao pressuposto da possível “transformação social da raça” – processo já iniciado através da atuação da Frente Negra Brasileira.

O plano cultural contrastava com a realidade vivenciada pela população negra, marcada pelas agruras do racismo, pelo preconceito e discriminação racial, pelas condições de pauperismo, pelo analfabetismo, pela fome, habitações precárias, pela disputa pelo trabalho e outras diversas mazelas sociais. É neste contexto em que o grupo da Frente Negra Brasileira e de “A Voz da Raça” se insere na disputa pela ressignificação do conceito de raça, momento em que a intelectualidade negra paulista direciona seus esforços na politização e na inserção

política do debate racial por meio de seus periódicos, na medida em que operam esforços pela redefinição da identidade racial e político-ideológica das coletividades negras de São Paulo.

Buscavam através da ação política e social organizada em torno de um verdadeiro projeto de identidade política e racial, ou, como se apresenta no estatuto da associação, um projeto de “união político-social da raça”, do qual o afastamento das noções de raça biológica para a cultura significou a flexibilização das noções que fundamentavam a discriminação racial e o racismo, visto que enquanto a tradição racialista constituía um lugar social intransponível, natural e genético, o culturalismo viabilizou novas possibilidades para os conjuntos de organizações da comunidade negra. Isso porque, na mesma medida em que as questões raciais adentravam mais e mais no cenário político-cultural das discussões acerca dos assuntos nacionais, a elite negra paulistana já reconhecia que era o preconceito racial o real entrave à integração e à ascensão social almejada.

Vale destacar que, em resposta à situação de marginalidade e de abandono enfrentado pelos negros no pós-abolição, as associações e as imprensas negras paulistas buscaram, no decorrer de todo o século XX, compor diferentes formas de atuação em prol da superação dos problemas de ordem social e cultural que fortemente afetavam os negros paulistanos – em especial o analfabetismo, o alcoolismo e os vícios em gerais, bem como o desemprego. Posto a heterogeneidade das orientações e das atuações das diferentes ações organizadas pela população de cor, era consenso que estes obstáculos só seriam derrotados através de um amplo projeto de transformação da moral, dos valores e dos costumes das enormes parcelas população negra de São Paulo – em suma, pela transformação social e cultural da raça.

No decorrer da década de 1920 e 1930, não foram poucas as iniciativas das associações e dos grêmios organizados pela população “de cor” na promoção da transformação moral e cultural dos negros de São Paulo. O Centro Cívico Palmares, associação negra paulista fundada em 1926, precursora da F.N.B, nos serve de grande exemplo – mas não o único – do esforço das intelectualidades negras na promoção da instrução intelectual e moral dos negros paulista, a experiência da organização na manutenção de uma biblioteca mantida e voltada para a população de cor foram fundamentais para o reconhecimento da necessidade de intervenção política e institucional em favor do fortalecimento e da materialização de condições para a superação das mazelas sociais no meio negro paulista.

Cabe ressaltar que entendemos que a inserção da cultura como conceito-chave para a explicação para as diferenças entre os indivíduos, os povos e as classes sociais, bem como para a justificativa das desigualdades sociais, quando consideradas do ponto de vista racial-étnico vão garantir puramente a reorganização da ideologia racista, e não sua superação. Ainda assim, o entendimento de que era através da utilização – e da renovação, do significado de “raça” como o elemento fundamental da atuação política e da proposta político-pedagógica da associação, aponta para a sua importância na constituição do discurso antirracista da Frente Negra Brasileira, bem como as relações com o universo simbólico constituídos no movimento intelectual da década de 1930, na mesma medida em que este, não pode ser compreendido em sua totalidade quando subtraído a trajetória das organizações dos movimentos negros e da sua atuação reivindicatória contra o preconceito de cor e a luta pela desestigmatização do “ser negro” no Brasil em diferentes contextos e espaços, utilizando-se de diferentes estratégias (DOMINGUES, 2008; 2019).

A formas de manipulação das noções de “raça” e “cor” no periódico “A Voz da Raça” – sendo estas categorias simbólicas que articulam o funcionamento do racismo e que pautariam a organização das relações de poderes de fundo étnico-racial – foram constituídas em um contexto de desenvolvimento de novas representações acerca da nação e do nacional. Entendemo-los como inseridos aos esforços das intelectualidades negras na ressignificação, subversão e na politização da proposta de identidade racial veiculadas pelos periódicos da imprensa negra paulista, uma estratégia “para afirmação dos direitos históricos” população negra, “em virtude da sua atividade material e moral no passado e para a reivindicação dos seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira”. (*Estatutos da Frente Negra Brasileira*, Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 de novembro de 1931, p. 12).<sup>23</sup> Ainda que o caminho direitista e autoritário que vem a impregnar o discurso e a prática política da F.N.B, dessa maneira, diferenciava-se do programa de transformação cultural desempenhado por outras associações paulistas, sobretudo por sua orientação ultranacionalista.

---

<sup>23</sup> A publicação dos estatutos da Frente Negra Brasileira no Diário Oficial do Estado de São Paulo surge como estratégia da associação para garantir legitimidade, na mesma medida em que exprimia a inserção da associação na ordem institucional republicana do estado. Em 22 de março de 1933, os estatutos da Frente Negra Brasileira são registrados em cartório (*A Voz da Raça*, 15 de abril de 1933).

No primeiro cabeçalho do periódico, que integra o projeto gráfico de “A Voz da Raça” até a edição de abril de 1936, temos o destaque para a frase de autoria de Isaltino Veiga dos Santos: “O preconceito de cor no Brasil, só nós os negros podemos sentir...”, na qual as noções de raça, cor e preconceito racial são dispostas lado a lado, expressão gráfica das reivindicações da Frente Negra. Ao fundo, um homem de pele retinta, é retratado emitindo o título da publicação, “A Voz da Raça”, em um grito, enquanto segura uma bandeira hasteada dos Estados Unidos do Brasil. Essa é a autorrepresentação que a “elite negra” constrói sobre si mesma, um grupo que dubiamente se apresentam, ao mesmo tempo, como similares e dessemelhantes, e que se incumbem de direcionar e orientar o “coletivo da raça” (Anexo 2). Logo ao lado, vemos o lema adotado pela associação “Deus, Pátria, Raça e Família”, referência direta ao Movimento Integralista Brasileiro, que se diferencia unicamente pela subtração da raça.

Embora reconheçamos, conforme Cardoso (1993), a característica personalista assumida pelas imprensas negras em relação as suas lideranças, inclusive, de forma exacerbada na experiência de autoridade exercida pela figura de Arlindo Veiga no comando da Frente Negra, seria um equívoco partir desta única premissa para a compreensão da solidificação e do alastramento de seus ideais, ainda que de forma heterogênea e dialética. A compreensão da identidade racial defendida pela Frente Negra Brasileira, e de sua complexidade, só podem ser alcançadas quando consideradas a partir de suas singularidades e contradições. É neste sentido em que procuramos compreender a incorporação de um novo repertório político-cultural que fortemente influencia a politização das identidades raciais no decorrer das décadas de 1930, sendo essa uma proposta que conduzia os esforços das lideranças políticas negras paulistas desde meados da década anterior.

Em diversos episódios, o tributo à obra desempenhadas pela Frente Negra Brasileira em prol da população negra é constantemente associada à “evolução da raça”. Na 11ª edição de “A Voz da Raça”, datada de 3 de junho de 1933, o artigo intitulado “Sejamos fortes”, assinado por João Eugenio da Costa, segue o seguinte:

“Sente-se na atualidade, uma vontade intensa de renovação social, toda repleta de um ideal nobilíssimo que engrandece uma nação e eleva uma raça. Contemplo o prosperar e progredir dos povos no universo, e todos almejam dias felizes para os seus, para a sua raça e principalmente para a sua querida pátria. Mas, para **transformar uma mentalidade, para reformar socialmente uma raça**, é preciso pelo menos cinquenta anos e, pelo que vemos, caminhamos já para esse tempo, pois já se passaram quarenta e tantos que foi libertada do jugo do cativoiro

a raça negra brasileira. Hoje é que ela se levanta, começa a despertar, pois bem; se o momento é de despertar, **os líderes da raça negra brasileira, têm o dever de guiar esta grande raça para o caminho da moral, e, para a compreensão social, nortear os nossos irmãos para que se congreguem todos numa só família [...] para que se ramifique a grande obra de associação pelo Brasil inteiro: criando escolas, ginásios, sociedades recreativas, tudo fazer para a elevação da raça, tudo para a grandeza do Brasil.**” (sic). (A Voz da Raça, 3 de junho de 1933, p. 2, [grifo nosso])

Podemos perceber no trecho como as noções de raça – já no sentido culturalista – constitui um forte apoio retórico na manifestação dos anseios e das expectativas do incipiente movimento organizado pelas intelectualidades negras em vista da *renovação* social da *raça* através da transformação de sua *mentalidade*, inserindo a Frente Negra Brasileira e sua obra como o ponto de partida do “despertar” da *transformação e elevação social da raça* através da instrução e do fortalecimento intelectual e moral. Aqui reconhecemos a manipulação – ainda que de forma dialética e voltívola – da noção culturalista de raça implícita identidade a ser difundida e valorizada, a ser socialmente modelado pelos possuidores do *ideal nobilíssimo* que o artigo procura elogiar. Não compartilhamos da perspectiva de uma aceitação passiva dos estereótipos e do significado da inferioridade por parte dos “negros”<sup>24</sup>, mas sim do reconhecimento da noção de raça – enquanto lugar social – como um espaço de disputa, que correspondia ao pertencimento da raça enquanto parte indissociável da nação.

A receptividade da noção da cultura como a matriz das concepções de raça também pode ser evidenciada nos sentidos próprios conferidos à instrução e a fortalecimento intelectual e moral na imprensa negra. De acordo com Petrônio Domingues

a educação era concebida como solução para todos os males. Por essa razão, o lema de praticamente todos os jornais era incisivo: educar os descendentes de escravos. O conceito de educação articulada não tinha uma conotação estritamente formal, e sim um sentido mais amplo: o aprimoramento moral (isto é, do caráter) e o aprendizado dos valores civilizatórios que amiúde transcendiam a instrução escolar. (DOMINGUES, 2008, p. 53)

É claro que não podemos resumir a trajetória histórica das coletividades negras no esforço em garantir a educação à sua perspectiva racialista, como sabemos a *elevação* e a

---

<sup>24</sup> Tal como concebe Florestan Fernandes (1995; 2008) ao se referir aos processos de constituição da “personalidade-status” e da “autoconcepção” do negro paulistano em face da discriminação e do preconceito racial na sociedade de classes.

capacitação *da raça* “pela moral” e “pela educação completa” é a retórica que fundamenta e demarca a organização política das intelectualidades negras na F.N.B. Isso se dá concretamente na trajetória de atuação da F.N.B através da criação e manutenção de uma escola frentenegrina que oferecia a instrução primária e alfabetização para adultos, tendo como responsável pela direção do projeto o frentenegrino Francisco Lucrécio, com auxílio de Celina Veiga. Dentre os aspectos de seu projeto político-pedagógico, tinham a instrução e o ensino como “elemento básico formador de uma nacionalidade vigorosa, física e moralmente” sendo oferecido tanto para crianças como para os adultos” (“A Voz da Raça”, 28 de abril de 1934, p. 4).

A tônica do catolicismo conservador e do nacionalismo exacerbado, alinhando-se ao programa defendido pela Frente Negra Brasileira, lança mão à um “caminho moral” extremamente autoritário, homogeneizador e intolerante. Ao abordar a atuação dos periódicos pertinentes a isso, Domingues (2008, p. 27) ainda sublinha a arguição de Marina Pereira de Melo (1999), que ressalta que nas imprensas negras há uma “permanente contradição ideológica: a imagem construída do ‘negro ideal’, sintonizado com os valores vigentes, tais como ‘ordem, progresso, civilização, polidez e entre outros’ que “não correspondia à experiência do ‘negro real’”. É neste sentido que podemos esboçar o desenvolvimento de um importante imaginário simbólico-cultural que fortalece e sustenta a estratégia antirracista desempenhada pela Frente Negra, especificamente no que tange a valorização e reafirmação da raça negra em um contexto em que timidamente se incorporavam as noções de “negro” e a “cor” na politização do debate racial empreendido por parte das lideranças da cidade na década de 1930, principalmente as concentradas em associações como o Centro Cívico Palmares e em imprensas como “O Clarim da Alvorada” e “O Progresso”, ainda que a experiência da ruptura com a liderança de Arlindo Veiga, como já destacamos anteriormente, apontem a heterogeneidade de projetos político-ideológicos para o coletivo da raça.

No artigo “O negro em face do progresso”, veiculado na vigésima primeira edição de “A Voz da Raça”, assinado pelo frentenegrino da delegação de Sorocaba, Cantídio Alves, essas noções ficam mais evidentes, na qual manifesta o seguinte:

“Muito já se tem dito a respeito do Negro e o mesmo continua a ser um dos principais fatores do progresso do Brasil. O negro desde os primórdios da colonização do Brasil tem mostrado que é o seu braço direito. Na guerra e na paz sempre teve um lugar de destaque. Para provas bastam essas; foram os primeiros a lavrar a terra, sem remuneração alguma, sendo o café, essa preciosa rubiácea,

riqueza do paiz cultivada pelo Negro na sua maior totalidade; e Guerra do Paraguai onde a maioria do exercito brasileiro era composto de Negros, sendo que muitos elogiados em ordem do dia devido suas bravuras no campo de batalha [...]. Daqueles tempos pra cá **o negro muito tem se aperfeiçoado** pois ele hoje pode ser: professor, advogado, medico, etc. **Para isso basta que tenha recurso suficiente para garantir os estudos. O Negro sempre agiu e age para o progresso do Brasil, embora ainda a Raça viva oprimida** [...] outros valores ainda temos e todos eles se impõe sendo verdadeiros representantes do progresso e da pujança do Brasil.” (sic). (“A Voz da Raça”, 16 de setembro de 1933, p. 3)

Aqui podemos captar como a noção de capacidade adaptativa e de aprimoramento do negro<sup>25</sup>, associado a trajetória histórica da nação, foram mobilizados como etapa necessária a ressignificação do “ser negro”, ainda que, implicitamente, aliado à noção de evolução e progresso, ratificassem a necessidade de superação da inferioridade cultural e moral por meio da ação organizada e ininterrupta da “raça”, buscando se apartar dos estereótipos associados à população “de cor”, nesse caso especialmente ao estigma de “atraso”. A afirmação e a exaltação da raça no periódico “A Voz da Raça” inserem-se, dessa maneira, como os pilares de sua estratégia antirracista: era através da mobilização do passado “nacional” de participação dos negros na formação da nação que justificaria o merecimento e a idoneidade da raça.

Outro exemplo, pode ser encontrado no artigo intitulado “Discurso que eu não disse”, publicado na quinta edição do jornal, datada de 15 abril de 1933, assinado por Henrique Dias, um possível pseudônimo<sup>26</sup>, no qual segue o seguinte:

“Depois de quatrocentos anos de sofrimento e abatimento, depois de quatro século de uma vida de desprezo e desconfiança, cheia dos mais amargos féis que se puderam encontrar na Patria Brasileira, érgue-se a Raça que contribuiu para que se originasse, para que se construísse este grande Brasil-Nação, ésta Patria Imortal que enche de orguho os véros nacionais. A argila brasílica, unida ao sangue escravo do Negro “caçado” nas florestas africanas, formou a argamassa robusta com que se fez o alicerce, com que se fizéram as fundações deste monumento indestrutível e infracionável que se chama BRASIL! Êste edificio que, até 1889 assombrou o mundo e que, em éras muito próximas assombrará de novo!”

---

<sup>25</sup> Essa noção da predisposição física do negro africano como atributo de valoração nacional, tal como expresso no trecho, ganha força na produção de Gilberto Freyre, para quem os negros africanos, seja por predisposição biológica e psíquica, por sua cultura ou pelas suas capacidades técnicas, já eram, em grande medida, adaptados e “férteis” em climas quentes, bem como demonstravam superioridade – em relação aos indígenas – para o trabalho agrícola (FREYRE, 2003, p. 370).

<sup>26</sup> Isso porque nos periódicos da imprensa negra paulista, Henrique Dias (?-1662), militar pernambucano do século XVII é concebido como importante símbolo histórico que personifica o “negro nacional”, dado a sua atuação em “defesa da pátria” nos combates contra os holandeses. Para saber mais, conferir o seu verbete na Enciclopédia Negra (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021, p. 245-247).

E continua:

[...] E' direito absoluto dos construtores de nossa Nacionalidade – o Bugre – o Negro – o Português – terem parte nos destinos de Nossa Patria; o Bugre por si, o Negro pelo Negro e o Português pelos seus descendentes aqui nascidos [...] O Negro, porém, mais martirizado nos aminosos tempos da escravidão, começa a ter agora o complemento de Redenção que lhe deu a inolvidável alma de peregrinos virtudes que se chamou D. Izabél. A queda do Trôno, tendo como causa primária a Redenção dos Escravos, cortou a possibilidade de um erguimento dos oprimidos. Quarenta anos de trabalhos e sacrificios infindos são coroados com a fundação da Frente Negra Brasileira. Sôou a hora da luta. 'A Vóz da Raça' é o clarim que tóca a reunir. Unamo-nos todos. Façamo-nos todos por um. A palavra de um Negro é palavra de guerra! [...] A postos! Negros de minha terra! É o Brasil que o exige! Por deus, pela Patria e pela Raça!" (sic). (A Voz da Raça, 15 de abril de 1933, p. 1)

Novamente podemos perceber como o periódico "A Voz da Raça" procura articular e se apropriar do mito das três raças fundadoras, orientadas pelo nacionalismo unitarista defendido pela associação. O coletivo "negro" a ser renovado por intermédio do nacionalismo racalista da Frente Negra Brasileira, seria então, produto dos esforços direcionados à afirmação tanto da raça como da nação, também procurando inserir o projeto editorial e a associação que ele representa no cenário de polarização político-ideológico, bem como fundamentar os princípios que regem o programa instituído pelas lideranças.

Na primeira edição do periódico, no artigo intitulado "Aos Frentenegrinos", assinado pelo presidente Arlindo Veiga, a apresentação do projeto editorial já salientava essa questão. Ainda que a citação do referido artigo exceda o limite usual, ele se mostra de grande importância para a fabricação inicial dos sentidos que o projeto editorial como a carta inaugural do projeto editorial, em que consta:

"Neste gravíssimo momento histórico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes deveres incumbem aos negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na FRENTE NEGRA BRASILEIRA: a defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aquellos que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo.

A Nação acima de tudo.

[...] E a Nação somos nós com todos os outros nossos patrícios que comosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil. Não podemos, pois, permitir que impunemente uma geração atual, que é um simples momento na vida eterna da Nação, traia a Pátria, quer atirando-se nos erros materialistas do separatismo [...] expressão que desfecha no bolchevismo [...]. Ao Frentenegrino, para que possa alcançar, em época não distante, a satisfação dos seus ideais, é necessaria a mais devotada e firme disciplina, condição única da vitória. Só vencem os batalhões

disciplinados, que acatam os chefes e, por isso, em ordem vão para o triunfo. A eles, isto é, aos chefes é que é dado conhecer as operações de conjunto, a movimentação das fôrças, o nutrimento do fogo, o deslocamento de postos, tudo debaixo de um critério geral que muitas vezes desnorteia os soldados que queiram discutir a razão dos movimentos ordenados.

Marchar, porém. Para a frente sempre!

[...] Confiantes em Deus, com aquela profunda religiosidade dos nosso Avós, cujo espírito não haveremos de trair, confiantes na nossa Obra e esforço, nós caminharemos firmes entre as mil dificuldades advindas da situação precária dos negros, ou originadas da incompreensão ou mau animo de negros e brancos. Daremos, todavia, tal demonstração de coragem, perseverança e retidão de caráter; faremos uma tal obra em nosso Brasil, que A GLÓRIA E A FIDELIDADE DO NEGRO BRASILEIRO A' CIVILIZAÇÃO CRISTÃ HÃO-DE ESPANTAR TODA A AMERICA." (sic). (A Voz da Raça, Arlindo Veiga dos Santos, 1933, ed.1, p. 1)

Nestes trechos selecionados do artigo inaugural do periódico direcionado não apenas aos “frentenegrinos”, como também “aos negros em geral”, o diagnóstico do presente construído por Arlindo – ou a sinalização para o “gravíssimo momento histórico da nacionalidade brasileira” – ainda que apontem para as permanências das tensões na capital paulista após a Revolução de 1930 e os conflitos da Constitucionalista de 1932, ano anterior a publicação, expõe algumas das principais inquietações que conduziam a organização da F.N.B. Retoma-se aqui também, como discutido no capítulo anterior, aos usos do passado e das expectativas do futuro como o liame que garante o funcionamento da identidade racial e política da associação.

Ao estabelecer a fundação e obra frentenegrina como o sinônimo do “despertar da raça” rumo à arregimentação política e moral em torno de uma mesma “família” – se referindo tanto à Frente Negra Brasileira e à “nação” brasileira, o artigo aponta de forma tácita para a adoção do evolucionismo culturalista, partindo de uma perspectiva de evolução, de progresso e de melhoria da “raça”, tendo esta sido constituída unicamente a partir de sua inclinação ao reforço do nacionalismo autoritário e do catolicismo conservador, exigindo “a mais devotada e firme disciplina”, entendido como o sacrifício e “condição única da vitória”. É neste sentido que podemos identificar que a atuação da intelectualidade negra no movimento de alargamento e de profundas transformações no conceito de raça, amplamente articulada pelo jornal “A Voz da Raça”: utilizando-se da retomada de interesses das origens da nação brasileira, das nuances da

mestiçagem aculturativa e da reinserção do mito fundador das “três raças” no imaginário intelectual e cultural brasileiro como espaço de disputa em prol do seu engrandecimento como alternativa para a superação da depreciação cultural e social racista.

É interessante notar no destaque como o periódico é comedido ao abordar as tensões raciais, escamoteando o racismo como uma prática política e ideológica do funcionamento do poder e da dominação entre as “raças”, sendo atribuídas à “incompreensão ou mau animo de negros e brancos”. Para Domingues (2008, p. 82) a “postura conciliatória” adotada como fundamento das estratégias antirracistas nos periódicos da imprensa negra se mostra como reação às diversas acusações, realizadas por setores das elites, de que estes estariam veiculando e incrementando uma espécie de racismo ao revés, na mesma medida ideologicamente ampara a sustentação de seu nacionalismo racialista. Na esteira de Oliveira (2006, p. 100), reconhecemos que “o discurso raciológico e nacionalista demarcava e localizava os fretenegrinos no espaço e no tempo, construindo para eles uma legitimidade histórica e biológica de pertencimento à nação que os havia sistematicamente excluído”.

Neste sentido, apontamos que a representação do mito das raças operada pelo periódico “A Voz da Raça” se constitui como estratégia da intelectualidade negra em disputar, ainda que no espaço simbólico e cultural, espaço e integração política, refreada pela discriminação racial e pelo racismo. Na nona edição do periódico, datada de 13 de maio de 1933, no artigo intitulado “Liberdade Utópica”, assinado por Isaltino Veiga dos Santos, o nacionalismo é tido como indissociável do discurso antirracista, seguindo a tônica do projeto político-ideológico da associação, na mesma medida em que se retoma a articulação entre as representações do passado nacional. Ao abordar a realidade concreta dos negros no período pós-abolição, e como o próprio título indica, tece duras críticas ao seu legado, na qual segue o seguinte:

“Passa-se hoje, mais um aniversário da abolição da escravatura negra no Brasil... e que liberdade, e que abolição.... uma liberdade mentirosa, esfacelada e vergonhosa; uma tapeação muito bem engendrada pelos magnatas, e pela falada aristocracia escravocrata brasileira [...] e a raça foi liberta em 13 de Maio de 88, e nós os Negros, dentro do Brasil que é nosso e que foi construído com o nosso sangue, continuamos escravos [...] si nós os negros estamos afastados da vida política da nacionalidade, a culpa cabe tão somente a falada aristocracia brasileira que, se envergonhando da sua própria decendencia, nos jogou a margem de toda as atividades, dando conceções escandalosas aos estrangeiros [...] é o negro a Guarda avançada das fronteiras da pátria [...] nega-lo como elemento preponderante na organização (sic) deste formidável quadrante geográfico da

America, é negar também a existencia do Brasil...” (A Voz da Raça, 13 de maio de 1933, p. 1)

Neste primeiro enxerto do artigo em questão, datado do quadragésimo quinto aniversário da abolição da escravidão, podemos perceber a imbricação das estratégias discursivas do projeto editorial de “A Voz da Raça, na mesma medida em que evidenciam as representações socioculturais que compõe seu repertório. Para além da crítica à abolição da escravidão manifestada no periódico, do qual o trabalho de Petrônio Domingues (2008) procura sublinhar, nosso interesse no referido artigo reside na busca da constituição dessa representação social e da defesa de um novo lugar social para o “Negro brasileiro”, realocando a posição da “raça” no debate político nacional na mesma medida em que denunciam o preconceito de cor e a discriminação como instrumento que opera na manutenção da desigualdade de oportunidades – em especial, como destaca-se no trecho, com os fortes tons de crítica aos imigrantes e a “conceções escandalosas”.

Mais à frente expõe um entendimento específico acerca do preconceito de cor:

“O Preconceito de cor, repito – e o negro sabe – não é inspirado nas magnânimas leis nacionais: - é fogo ateadado com lenha particular da sociedade. E a finalidade da Frente Negra Brasileira é construir um imenso reservatório de agua capaz de apagar essa fogueira. Depois do seu arduo trabalho – quando lh’o dão – é mesquinamente remunerado, continua na senzala do seu cortiço”. (A Voz da Raça, 13 de maio de 1933, p. 1)

Aqui destacamos como o apego ao nacionalismo como estratégia de integração nacional balizava o discurso antirracista da associação e do periódico, na qual o racismo e o preconceito e a discriminação de cor são desassociados das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado, sendo reduzidos a práticas individuais e arbitrárias. Como veículo e produto cultural de um setor específico de setores letrados da população negra paulista, o discurso antirracista no periódico “A Voz da Raça” procurava constituir uma plataforma dinâmica de identificação e de inserção destes setores, retraindo o potencial radical da proposta de consciência racial e política das coletividades negras de São Paulo – ainda que, como evidenciado no texto, o esforço não garanta “remuneração” no tempo presente.

Acompanhando a polarização e a radicalização política que marca os anos de 1933 e 1934 – contexto marcado pela campanha eleitoral para a constituinte e pelo desenvolvimento das organizações dos núcleos de esquerdas na cidade de São Paulo<sup>27</sup> – o discurso nacionalista, conservador e racista da entidade também se radicaliza. Na décima segunda edição do periódico, datada de 10 de junho de 1933, no artigo “Afirmção da Raça”, vemos a expressão do ultranacionalismo conservador do presidente da Frente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos, que utiliza do “mito das três raças” e do manuseio de um discurso político “nitidamente inspirado nos modelos ditatoriais europeus” (SILVA, 1990, p. 138) para tecer elogios a campanha de afirmação da raça alemã. Não cabe neste trabalho elencar detidamente as relações entre a intelectualidade frentenegrina e os movimentos fascistas brasileiros, questão já suscitada pelos trabalhos de Petrônio Domingues (2007; 2007<sup>a</sup>; 2008). O que nos interessa é evidenciar a relação entre a defesa da raça, não mais como o lugar social a ser detraído, mas disputado – ainda que seja via autoritarismo. No artigo citado, segue:

“Agora, quem mais se escandaliza com a dureza do ditador alemão são os jornalistas liberais de um celebre País da América que há sofrido mais de quarenta anos de batuque liberal-democrático e agora quer continuar [...] mas, que haveria acontecido no Brasil se por ventura o pessoal que em quarenta anos chefiou o batuque solene tivesse afirmado a nossa Raça luso-indio-negra, em lugar de fazer, do Lar nacional, uma pagodeira internacional [...] que seria do Brasil hoje, se não tivesse sido sempre negada a nossa Gente Negra que, enquanto se processava o banquete dos imigrantes, ficou para ai, á margem da vida nacional, cedendo lugar a todos os oportunistas de arribação? Nós também temos uma Raça. Se não há, como não pode haver, um só Tipo Nacional, somos uma Raça Mestiça, com os nosso Negros, Cafusos, Cablocôs, Negroides, Brancoides, e (até!) os Bugres que ainda moram no mato [...] O alemão afirma a raça alemã? Belo Exemplo! Grandiosa lição! Façamos a mesma coisa, afirmando a Raça Brasileira! E tranquemos as portas do Brasil por vinte ou mais anos, para endireitarmos isto!” (A Voz da Raça, 10 de junho de 1933, p. 1)

A tentativa de traçar algumas similaridades com a trajetória da afirmação racial encabeçado por Hitler apontam para a aderência das intelectualidades frentenegrina ao autoritarismo e ao conservadorismo, em um contexto de crise global do liberalismo, de recessão

---

<sup>27</sup> Na edição de 9 de dezembro de 1933 de “A Voz da Raça”, no artigo de Arlindo Veiga dos Santos intitulado “Resposta a um boletim”, o presidente da Frente Negra Brasileira em resposta a um folhetim do “Comitê Anti-guerreiro e Anti-fascista de São Paulo”, reafirma o direcionamento anticomunista e contrário a luta de classes, evidenciando também a tônica xenofóbica e conservadora de seu projeto político e ideológico. A respeito das organizações de esquerda na cidade de São Paulo na década de 1930, conferir Castro (2002).

econômica e de instabilidade política, que se unem discursivamente às suas reivindicações. O ultranacionalismo conservador deste grupo de intelectuais, que opera nos periódicos da elite negra paulistana através da afirmação do negro “nacional”, se insere também como expressão de tensões socialmente estabelecidas com este grupo social em especial as questões pertinentes as disputas por trabalho com os imigrantes. A respeito dos imigrantes, de acordo com Silva (1990, p. 139), eles

eram vistos pelos intelectuais fretenegrinos como elementos contrários aos interesses nacionais, não apenas porque defendiam ideias anarquistas e socialistas, mas porque entendiam que o negro foi o grande perdedor com o processo imigratório. Perceberam que a imigração fora decisiva para a exclusão do negro no mercado formal de trabalho [...] a elite intelectual fretenegrina, procurava, assim, manipular alguns sinais diacríticos como imigrantes/estrangeiros versus negros/nacionais, afirmando sua identidade pela negação do outro. (SILVA, 1990, p. 139-140)

A identidade expressa e objetivada pelo projeto editorial de “A Voz da Raça”, neste sentido, não estaria apenas associada a questão da identidade racial, mas especificamente na identidade nacional. Retomando ao trecho do periódico, em outros momentos, percebemos a defesa da noção da raça expressa na valorização mito das três raças, de maneira estratégica, pelo jornal, sintetizado na expressão “raça luso-india-negra”. Passados os “quarenta anos de batuque liberal-democrático”, representado a partir da experiência de abandono, de marginalização e de discriminação, a F.N.B se posicionava diametralmente contrário à manutenção da estrutura política liberal e democrática da antiga república.

Como movimento constituído por meio e utilizando-se da categoria racial como o fundamento da sua identidade social e política, a atuação das intelectualidades fretenegrinas se associaram ao novo imaginário cultural e simbólico do “país mestiço” em construção, utilizando-se das inovações intelecto-culturais de seu contexto como repertório e instrumento político de ressignificação do lugar social e da identidade racial dos negros brasileiros. Na mesma medida em que explicita a ação destes sujeitos em favor da sedimentação de um novo cenário para as tensões e as disputas de fundo étnico e racial, impossibilitando a dissociação destes intelectuais na trajetória da renovação da discussão racial e de consolidação do culturalismo.

## Considerações finais

Como destacamos no decorrer deste trabalho, o associativismo e o periodismo negro são, sobretudo, fruto e expressões da experiência da histórica luta dos negros brasileiros, duas importantes estratégias de mobilização e organização da população negra brasileira, na medida em que também constituíram novas dinâmicas e novos espaços para as disputas política socialmente estabelecidas na cidade de São Paulo. Mais do que apenas “produto” de cultura de um setor intelectualizado da coletividade negra de São Paulo, neste trabalho procuramos evidenciar como as experiências da imprensa negra paulista, tendo como objeto de estudo o jornal “A Voz da Raça”, refletem um exercício intelectual refinado e sistematizado de elaboração de discursos engajados, de constituição de sentidos à realidade e de sedimentação de representações socioculturais e políticas, sendo estes sempre engendrado no interior de uma posição histórica, político-econômica, social e cultural; também enquanto um instrumento de luta política que garantiu arregimentação e a organização do “meio negro paulista”, buscando compor estratégias em prol da integração e do desenvolvimento coletivo da população negra paulista – em um contexto no qual ninguém os fazia ou faria.

Na esteira de Domingues (2019, p. 17), procuramos sublinhar a agência destes sujeitos no desenvolvimento de “gramáticas culturais e repertórios políticos próprios”, na qual demonstra-se como “foram protagonistas de vários projetos de liberdade e cidadania, forjaram trajetórias (individuais e coletivas), tramas e narrativas multifacetadas, desempenharam múltiplos papéis sociais e construíram experiências identitárias singulares”, “(res)semantizaram de forma diversa os códigos sociais, políticos e culturais vigentes”, assumindo posição de resistência e de possibilidades de transformação frente às agruras do racismo e das condições materiais marcada pela escassez. Ou seja, surgem a partir das inflexões de experiências históricas, políticas e sociais características de um grupo que enfrentava a marginalização, a pobreza e o abandono por parte do Estado.

Neste principiante exercício de pesquisa procuramos através da análise do repertório simbólico-conceitual que compunham elementos centrais ao projeto editorial do “A Voz da Raça procuramos constituir um eixo para a historicidade dos processos que compõe a estruturação de seu discurso – utilizando de dois dentre os demais variados aparatos de seus conteúdos: os usos das representações do passado e da memória e aos preceitos da noção de

raça. Ainda assim, ficou evidente no decorrer deste trabalho que, longe de apontar para uma experiência exemplar, a trajetória da Frente Negra Brasileira e de seu periódico no decorrer da década de 1930 demonstram-se ser passíveis de críticas, dos quais os próprios contemporâneos foram os primeiros responsáveis a fazê-las.

De acordo com a tese clássica de Ferrara (1986), o ultranacionalismo radicalizado, o autoritarismo e o catolicismo conservador que impregnava o discurso e a prática da associação eram indicativos de uma permanente contradição ideológica de uma incipiente classe média negra emergente que, a partir da identificação e da concessão de seus interesses, procuravam manter um canal de integração e ascensão social, que desembocou, nos finais da década de 1930, no fortalecimento de um cenário político-cultural favorável à sustentação do Estado nacional varguista, centralizado e interventor – sendo este, inclusive, a tônica do projeto de nação defendido pelas lideranças da F.N.B (SILVA, 1999). Enquanto um movimento político e social que também se orientava a partir do nacionalismo, é também de se pensar como se dá as construções de sentidos acerca da nação em suas narrativas. Esta parece ser uma questão a ser desenvolvida minuciosamente em futuros trabalhos, tendo em vista as imbricações históricas e as ambiguidades entre estas categorias.

De acordo com Domingues (2008, p. 62), “em 1936, a entidade contava com mais de sessenta delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros Estados”, na medida em que também pleiteavam se estabelecer como entidade político-partidária, tendo sido reconhecido como partido político nos meses iniciais de 1937 (“A Voz da Raça”, fevereiro de 1937, p. 1). Com o golpe de estado em novembro do mesmo ano e a instituição do Estado Novo, a Frente Negra Brasileira, junto com as outras associações, entidades sociais e políticas e partidos políticos, foi dissolvida e considerada ilegal. Para tentar escapar da repressão converteu-se em uma associação recreativa, sob o nome de União Negra Brasileira e manteve-se por volta de um ano, quando foi fechada e oficialmente extinta (DOMINGUES, 2008, p. 68).

De maneira conclusiva, evidencia-se a articulação entre a memória e a noção renovada do conceito de raça – representados como os símbolos da tradição e do sangue – como importantes categorias expressas pelas intelectualidades fretenegrinas responsáveis pelo jornal “A Voz da Raça”, que se inseriam no debate político e intelectual da década de 1930 através da imprensa negra. No campo do simbólico, a disputa política não se limitou à

estruturação de suas intenções e de suas expectativas, ainda que reconheçamos a importância destes elementos: mas foram também expressas na concretude de sua prática política e atuação social – através da instrução e do combate ao analfabetismo, na politização da questão racial e na composição de uma identidade tanto racial como política.

## FONTES

### Periódicos

A VOZ DA RAÇA (1933-1937). Acervo Digital da Imprensa Negra São Paulo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/a-voz-da-raca/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*. Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Annablume, 2008.

BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. ed.4. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOAS, F. A capacidade humana conforme determinada pela raça. 1894. In: STOCKING, G. *A formação da antropologia americana (1883-1911): antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *A luta contra a apatia – Estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931)*. 1933. Dissertação (mestrado em história) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. *A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*. Mestrado. Universidade de São Paulo, 2009.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)*. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. R. C. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, n.35, p. 253-270. São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 14 fev 2021.

DOMINGUES, Petrônio. *Paladinos da liberdade: a experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938)*. In: Revista de História, v. 1, n. 150, 2004, p. 57-79.

\_\_\_\_\_. *Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil*. In: Cadernos Pagu (28), janeiro – junho de 2007: 345-374.

\_\_\_\_\_. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Revista Tempo, 2007a.

\_\_\_\_\_. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

\_\_\_\_\_. *Protagonismo negro em São Paulo: História e historiografia*. 1.ed. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

ERIKSEN, Thomas; NIELSEN, Finn S. *História da Antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. (Série Antropologia, 13).

FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. *Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)*. 2005. 224 f. Dissertação (mestrado em história) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *Primeira República no Brasil: uma história da historiografia*. In: Alda Mourão Angela de Castro Gomes (org). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. *Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates*. Revista Maracanan, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 171-194, nov. 2014. ISSN 2359-0092. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/13231>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

GOMES, F. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 92p.

GOMES, Flávio S. [et. al]; *Enciclopédia Negra*. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, São Paulo: Editora Claraluz, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracias*. São Paulo, SP: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. *Raças e os estudos de relações raciais no Brasil*. Revista Novos Estudos, n. 54, p. 147-156, nov. 2014. ISSN 2359-0092

KOSELLECK, Reinhardt. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MACIEL, Laura A. *Imprensa, esfera pública e memória operária no Rio de Janeiro (1880-1920)*. Revista História (São Paulo), n.175, p.415-448, jul.dez, 2016.

MALATIAN, T. M. Memória e contra-memória da Frente Negra Brasileira. In: *Contra os preconceitos: História e Democracia*, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: História e Democracia, 2017. p. 1-16.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MELLO, Marina Pereira de Almeida. *O ressurgir das cinzas – Negros Paulistas no pós-Abolição: identidade e alteridade na imprensa negra paulista (1915-1923)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH – USP, São Paulo.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988. Disponível em:< <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2021/05/Sociologia-do-Negro-Brasileiro-Clovis-Moura.pdf>> Acesso em 05 jun. 2021.

MOURA, Clóvis. A Imprensa negra em São Paulo. In: *Imprensa Negra. Estudo crítico de Clóvis Moura*. Legendas Miriam Nicolau Ferrara. São Paulo: Imprensa Oficial, Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2002, Edição fac-similar.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2009.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de História. A viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande & Senzala e a interpretação do passado*. São Paulo: Unesp, 2011.

OLIVEIRA, A. C. *Quem é a “gente negra nacional”? Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)*. 2006. 139 f. Dissertação (mestrado em história) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2006.

OLIVEIRA, L. L. *A Frente Negra Brasileira: política e questão racial nos anos 1930*. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2002.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento e silêncio*. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos históricos, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. Disponível em:<[https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2022.

RIOS, F. M. Elite política negra no Brasil: relação entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2014.

SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA, José Carlos Gomes da. Os sub-urbanos e a outra face da cidade – Negros em São Paulo (1900-1930): cotidiano, lazer e cidadania. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – IFCH, Universidade de Campinas. Disponível em:<[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281637/1/Silva\\_JoseCarlosGomesda\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281637/1/Silva_JoseCarlosGomesda_M.pdf)> Acesso em: 10 maio 2021.

RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo, SP: Cia Editora Nacional, 1942.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida N. Delgado (Org.) *O Brasil Republicano – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v.2, 376p.

## APÊNDICE 1

### Principais periódicos da Imprensa Negra Paulista entre 1889 e 1960.

<b>Título</b>	<b>Ano da 1ª edição</b>	<b>Último ano encontrado</b>
A Pátria	1889	—
O Baluarte	1903	1904
O Propugnador	—	1907
A Pérola	1911	1916
O Combate	1912	—
O Patrocínio	1913	—
O Menelik	1915	1916
Binóculo	1915	—
A Princesa do Oeste	1915	—
A Rua	1916	1916
O Xauter	1916	1916
A União	1917	—
O Alfinete	1918	1921
A Liberdade	1919	1920
A Protetora	1919	—
A Sentinela	1920	1920
O Kosmos	1922	1925
Getulino	1923	1926

<b>Título</b>	<b>Ano da 1ª edição</b>	<b>Último ano encontrado</b>
Elite	1923	1924
O Tamoio	1923	1923
A Princesa do Norte	1924	—
O Clarim da Alvorada	1924	1940
Nosso Jornal	1924	1924
Maligno	1924	—
A Auriverde	1927	1928
Tribuna Negra	1928	—
O Patrocínio	1928	—
Progresso	1928	1932
Quilombo	1929	—
O Progresso	1931	—
Promissão	1932	—
A Voz da Raça	1933	1937
Cultura, Social e Esportiva	1934	—
O Clarim	1935	1935
Alvorada	1945	1948
Senzala	1946	1946
Nosso Jornal	—	1951

<b>Título</b>	<b>Ano da 1ª edição</b>	<b>Último ano encontrado</b>
Notícias de Ébano	—	1957

**Fonte:** Bastide,1951; Domingues,2008; Ferrara,1986.

## APÊNDICE 2

### Lista dos ativistas responsáveis pela Frente Negra Brasileira.

<b>Ativistas</b>	<b>Função</b>
Arlindo Veiga dos Santos	Primeiro Presidente Geral da Frente Negra Brasileiro, atuando no cargo desde sua fundação, em outubro de 1931, até julho de 1934
Antonio M. dos Santos	Membro do grupo editorial e de redação do periódico “A Voz da Raça”.
Celina Veiga	Auxiliar de Francisco Lucrécio na manutenção da escola frentenegrina. Junto com outras frentenegrinas, como Maria de Lourdes Rosário e Noêmia Campos, assinava alguns dos artigos publicados pelo “A Voz da Raça”, majoritariamente no espaço destinado a “seção doméstica”, o que denota o posicionamento das questões de gênero no movimento negro década de 1930.
Deocleciano Nascimento	Primeiro Editor-Chefe e redator de “A Voz da Raça”, possui uma longa trajetória na história do periodismo negro de São Paulo, tendo participado de diversas organizações e associações deste segmento.
Francisco Lucrécio	Torna-se 1º Secretário do Grande Conselho em julho de 1934, com a saída de João Francisco de Araújo do cargo.
Isaltino Veiga dos Santos	Vice-presidente e membro do Grande Conselho da associação, ocupando o cargo até julho de 1934.
João Francisco de Araújo	Até 1934 ocupava o cargo de 1º Secretário do Grande Conselho, tornando-se Vice-Presidente após a saída de Isaltino Veiga dos Santos.
João de Souza	Membro do grupo editorial e de redação do periódico “A Voz da Raça”, também ocupou o cargo de Tesoureiro-Geral após a saída de Justiniano em 1934.

<b>Ativistas</b>	<b>Função</b>
Justiniano Costa	Até julho de 1934 atuava como o Tesoureiro-Geral da Frente Negra Brasileira, depois ocupando o cargo de Presidente-Geral com a saída de Arlindo Veiga.
Mário Campos	Membro do grupo editorial e de redação do periódico “A Voz da Raça”, sucedeu a Deocleciano Nascimento como Editor-Chefe do jornal.
Mário da Silva Junior	Chefe da milícia fretenegrina, sendo oficializado nessa função em julho de 1934.
Pedro Paulo Barbosa	Responsável pela campanha de arregimentação em prol da composição e estruturação da milícia fretenegrina
Raul Joviano do Amaral	Membro do grupo editorial e de redação do periódico “A Voz da Raça”.
Rubens Costa	Membro do grupo editorial e de redação do periódico “A Voz da Raça

**Fonte:** *A Voz da Raça* (1933-1937); Gomes,2021.

# ANEXO 1

## Capa do jornal "A Voz da Raça"



**"O PRECONCEITO DE CÔR, NO BRASIL, SÓ NÓS, OS NEGROS, O PODEMOS SENTIR" - ( Isaltino V. dos Santos )**

# A VOZ DA RAÇA

ORGÃO OFICIAL DA "FRENTE NEGRA BRASILEIRA" SEMANÁRIO INDEPENDENTE

Redator: Deodéciano Nascimento — Secretário: Pedro Paulo Barbosa — Gerente: A. de Campos

ANO 1 — NUM. 4  
 NÚMERO DO ANO 200  
 NÚMERO ATRAZADO 400

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
 RUA CONSULHEIRO BROTEIRO N.º 159  
 PROPRIEDADE DE UMA S.A. EM ORGANIZAÇÃO

ASSINATURA  
 SEMESTRE L. . . . . 4800  
 ANO . . . . . 19200

DEUS PATRIA RAÇA e FAMILIA

### COM QUE INTERESSE?!

É mesmo espantoso, de fúria com que se lançou na praça de São Paulo, um órgão, que em sua coluna chama a atenção da raça negra.

Mas senhores, não têm o direito de falar em nome da raça, aquele que ainda ontem a viva força queria ser "branco", aquele que nunca se interessou pelo problema do negro do Brasil, aquele que viu e continha a ver, (com todos os outros negros que se dizem intelectuais), o desprezo da raça, e que no entanto curvaram-se ao peso de suas consciências como covardes. Estes, nós os negros de brio e de vergulha, devíamos tel-os na conta, das verdadeiras bestas-féas, de verdadeiras capitées de mal, que eram o terror de nossos maiores, de verdadeiros lobes da raça. Não têm o direito de falar em nome da raça, aquele que só a quer, para servir-se de instrumento político. Não têm o direito de falar em nome da raça, aquele que pela astúcia do maquiavelismo e o abuso de ingenuidade, dos homens negros, arrastou-os de mans em punho, voltadas para o altar sagrado da pátria, levando assim o luto, a dor e a fome, a milhares e milhares de lares, cujas esposas choram ainda, a falta de seus esposos, e mães a de seus filhos queridos. Quantas crianças foram jogadas ao destino da sorte? Quantas viúvas? Quantos mutilados? É portanto, necessário, é preciso, urge, é de gran-

de importância que todos os negros saibam, que o desclassificado, não tem de forma alguma, o direito de se apresentar em nome da raça porque, dela, é nada quer, a não ser a sua maior desgraça. O negro tem servido para os maus brasileiros e maus políticos, simplesmente de "tapete" e nada mais, e agora dizem-se, que um tal, "homem" venha pedir ou mandar a raça negra ler!...

Quando sangue derramado por todo Brasil, quantas vidas perdidas, quantas preciosidades para a nação roubadas, e além de todo esse crime, quer ainda lesar mais uma vez a raça e a pátria?

Com que consciência, com que fé? De judeus ou de traidor? O negro já trabalhou muito para o Brasil, já lutou muito em sua defeza como também já cooperou para o êxito de todas as revoluções. Agora o negro quer descansar em paz, quer viver para a sua família, para a raça e para a pátria. Mas nunca para os marionetes políticos de mala casaca.

O negro vai construir sua família, e uma família nunca poderá ser sadlamente construída, nas peripécias da guerra. Portanto, é inútil, é excessado. O negro não irá mais para revoluções, não marchará mais para o campo da luta, afim de defender partidos ou políticos. Mas marchará como os bravos soldados do Brasil na defeza da integridade da Pátria.

*Pedro Paulo Barbosa*

### Uma pagina Christã para os Frentenegrinos

**JUDAS ISCARIOTES**

"Ai do homem por quem o Filho do homem é traído... Melhor fora para ele não tivesse nascido..."

"Tendo caído de rosto, o seu corpo rompeu-se pelo meio e todas as suas entranhas se espalharam... e ele foi-se embora para o seu lugar".

**Jesus-Cristo.** — Disse eu dum só homem: "Melhor fora para ele não tivesse nascido", dum só, Judas, uma das columnas, aquele que conta o pão comigo.

Nisso, como em todas as paginas do Evangelho, eu quis instruir-te.

— O medo, o desgosto, a tristeza que me fizeram derramar

lagrimas de sangue, no jardim das Oliveiras, não vinham nem de Herodes, nem de Pilatos, nem de Barrabás, mas do crime de um dos meus, um daqueles a quem eu dava, todos os dias, o beijo de paz chamando-lhe meu amigo.

— Tu não serás um chefe digno de mim — pois tu não terás sentido o que se pôde sofrer por mim — enquanto não tiveres superado essa agonia; ser traído pelos teus, caluniado pelos "de tua pátria e de tua casa", beijado por Judas.

Desconhecido pelos de Nazaré, conduzido à montanha para ser precipitado; caluniado pelos sacerdotes, entregue por um apóstolo, crucificado por aquele povo que eu bea-

ficiara, abandonado pelos que havia curado... Eu te preceili. De que te queixarias?

— Se receberes dos homens a tua recompensa, como terias direito à minha?

— Quando me tiveres servido muito tempo e valentemente, coroarei a tua obra e o declínio da tua vida, dando-te parte ao meu cálice e a sua mais profunda amargura.

A ingratiidão dos homens eu sinto-lhe o que tu me custaste a mim, o que me custaram as almas que te confiei.

Provarci a ténpera do teu coração, o valor da tua fidelidade; saberei se trabalhaste por mim ou pelos homens.

— O beijo de Judas é a prova do ouro, na hora em que o senhor se prepara a nos pedir contas dos dinheiros que nos confiou.

(A. Bessières, "Evangelho da Ched", tradução, de Arlindo Veiga dos Santos).

**Isto é contigo**

**Irmão negro:**

Atental sinceramente para o que te digo.

O sangue de teu avô, negro-escravo, banhou a pedra fundamental de nosso progresso?

O seio de tua avó, negro-escrava, foi o berço, foi o primeiro cunho de vida de nossa nacionalidade?

Exatamente. Isto a síntese do que foi o negro-escravo no Brasil.

Pois bem. Nossa pátria não quiz ser grande sobre o indígnio, (porque brilhar na lama?). Igualou-te a mim, meu irmão; deus-te fides, não só de liberdade mas também de igualdade.

Ignora-lo tu por acaso?

Vinde comigo, irmão negro.

À hora é de ação, integral, unisonal!

O Brasil precisa de ti.

Ele faz nesta hora incerta de transfiguração de costumes, a arregimentação de todos os seus valores, morais, intelectuais e físicos.

Porque, negro-irmão, te escondes, te retráis?

Porque, negro-irmão, homem-livre, desmentas a valorosa fibra de teus avós — negro-escravos?

O momento é de ação, e aquele que se esconde; que guarda comigo o que vale, o pôde fazer não faz, esse, branco ou negro, não tem o direito de ser brasileiro!

Estás certo de que podias dizer com orgulho — sou brasileiro?

Isto é contigo!

*Irmão Branco*

### Visita do Exmo. Sr. Dr. Bento Borges da Fonseca, Chefe de Policia do Estado, á sede da F. N. B.

Esteve em visita á sede social da Frente Negra Brasileira, o exmo. sr. Dr. Bento Borges da Fonseca, digno Chefe de Policia do Estado. Sua s. fez acompanhar de sua esposa, senhora, Tenente Cel. João Cabanas, representante do sr. Diretor da Guarda Civil.

A reunião social, que foi muito concorrida começou ás 20,40 e terminou ás 22,40. S. s. foi saudado pelo sr. Dr. Paulo Dutra da Silva, fazendo ainda uso da palavra o Dr.

Chefe de Policia, Tenente Cel. João Cabanas, representante do sr. Diretor da Guarda Civil e o sr. Pedro Paulo Barbosa, que em rapido improvisou em nome das frentenegrinas.

Finda a reunião os visitantes percorreram demoradamente os diversos departamentos da F. N. B. levando dos mesmos ótima impressão.

S. S. foi vivamente ovacionado pelas frentenegrinas ao retirar-se.

### Beneficencia

A natureza estabeleceu entre os homens certa simpatia que nos faz sentir dos sofrimentos que vemos em outros, e nos move a consolal-os. Coração que só aos proprios males, se doem, e coração desentendido.

A sociedade aperfeicou esta instintiva simpatia, fazendo-a virtude, e uma das primeiras sociais virtudes.

Por a natureza estabelecer esta simpatia, os homens certos costumes; chegam a sentir-se como um só corpo, formando-se tipo: a beneficencia e a generosidade. A grandeza e a prosperidade nos costumes; chegam a sentir-se como um só corpo, formando-se tipo: a beneficencia e a generosidade. A grandeza e a prosperidade nos costumes; chegam a sentir-se como um só corpo, formando-se tipo: a beneficencia e a generosidade.

Há, porventura, um só meio de socorrer o desgraçado?

Só o outro terá o privilegio de controlar seus, e estar agradado? Há mil maneiras de exercer a beneficencia: Quem não pode ajudar seus irmãos com dinheiro, sacrifical-os o tempo, os habitos, as inclinações, e es não receto agradecer o que mais zeloso e generoso benfeitor do pobre, é o mesmo pobre.

Porque a beneficencia, porém não consiste precatamente em arrojar generosidade que levam alguns a arricar a sua vida para salvar a de outros, esta virtude tem outras manifestações, entre os pobres, cujos socorros miud é que sejam perseverantes para serem eficazes.

Facil seria multiplicar até ao infinito os factos que mostram o pobre exercitando em obscuro silencio a sua beneficencia engenhosa; mas para citar somente alguns, cuja autenticidade pela corporação mais ilustrada da Europa, memoramos nesta respeitavel Henriqueta Gurdem, a qual, trinta anos repellido do lar e do coração paterno o acolheu no dia do infortúnio, alimentando por muitos anos com o fruto do seu trabalho, sustentando as suas proprias enfermidades, para velar as delles. Só a nós pobres é dado experimentar em toda a sua plenitude esta piedade que identifica com as alicias penas; só nós é que sentimos o compungido que abrange toda a extensão dos sofrimentos e a simpatia, dos corações que nos diz ser natural socorrer o indigente. Então porque nós, meus irmãos de raça, não havemos de nos encarmos, trabalhar para o progresso crescente da nossa causa beneficente, na F. N. B. ? Pensa bem, não é que sentimos o compungido da estrada pedregosa da vida cheia de males. Não na caixa beneficente, a arvore frondosa e copada, cujos

frutos saborosos colherás amanhã E se assim fizerdes, podereis crer que será este o passo mais agigantado, mais heróico e quasi divino, que Deus, o Pai de todos os homens, o abençoará. Todos, pois, a F. N. B. no afã de amparar a este glorioso iniciativa da mesma.

BEIJA-FLOR

### Biblioteca da F. N. B.

O sr. Deodéciano Nascimento, acalca de doar a Biblioteca da Frente Negra Brasileira, com os seguintes livros, na maiorla, classicos, nas linguas franceza, inglesa e portugueza.

**Estrangeiros:** — Historie et Philosophie; Mademoiselle de Camargo — Roman; Alice — roman d'Her; Les Trois Duchesses; La Toisème Année de grammair — por Larive Fleury; Leçons sur les epidemies et l'hygiène publique; A Class Book of english — Prose; Buffalo Bill Hooper — Storie no 12 Cleopatra — by H. Rider Haggard; Lights — to Literature — book three; *Nationalis* — Revista Politechnica; *Morrer de Vespera* — Rumance de Rocha Perreira; *Problemas de Urbanismo* — Eng. Luiz Aranha; *Ação Sumarissima de Remoção de Tutor* — pelo Dr. Vicente Giacolini; *Gramatica Portugueza, curso primario, 4.ª edição* — por José Verissimo; *Madeiras do Estado de S. Paulo* — por Hauscar Pereira; *Formalidades do Juri*; *São Paulo Medico* — órgão científico da classe medica paulista; *Homemagem da Sociedade de S. Paulo ao embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, em 26-4-1931*, com discurso do homenageado e do Dr. A. de Almeida Prado; *Triste vida de um pobre soldado, Fagundes do bandido Antonio Silvino de Figueira criminal* — pelo Dr. Otaviano Vieira.

São vinte e quatro livros que vêm engriosar a biblioteca da F. N. B. e são seu doador, a direção sumamente agradecida

## ANEXO 2

### Aspectos gráficos cabeçalho do periódico “A Voz da Raça”



*A Voz da Raça*. Edição nº 01, de 18/03/33.